



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA
AMAZÔNIA

CLEUDIMAR ARAÚJO CONCEIÇÃO

**A EVOLUÇÃO SÓCIOESPACIAL DO BAIRRO ASA BRANCA DENTRO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO, A PARTIR DOS ANOS 1980, EM
BOA VISTA-RR**

BOA VISTA

2017

CLEUDIMAR ARAÚJO CONCEIÇÃO

**A EVOLUÇÃO SÓCIOESPACIAL DO BAIRRO ASA BRANCA DENTRO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO, A PARTIR DOS ANOS 1980, EM
BOA VISTA-RR.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas.

Orientador: Dr. Jaime de Agostinho

Boa Vista

CLEUDIMAR ARAÚJO CONCEIÇÃO

**A EVOLUÇÃO SÓCIOESPACIAL DO BAIRRO ASA BRANCA DENTRO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO, A PARTIR DOS ANOS 1980, EM
BOA VISTA-RR**

Dissertação apresentada como pré-requisito para a conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPGDRA), da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas. Defendida e aprovada em 16 de Junho de 2017 e avaliada pela seguinte banca:

Profº. Dr. Jaime de Agostinho

Orientador / Universidade Federal de Roraima – UFRR

Profº. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos
Universidade Federal de Roraima - UFRR

Profº. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras
Instituto de Geociências - UFRR

Profª. Dra. Carla Monteiro de Souza
Suplente/ Universidade Federal de Roraima - UFRR

Profª. Dra. Maria das Graças Santos Dias Magalhães
Suplente/ Universidade Federal de Roraima

Dedico...

À minha família, dom de Deus, base de sustentação e apoio em todos os momentos e circunstâncias.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar a minha gratidão ao criador do universo, ao Mestre dos mestres Jesus Cristo que é fonte de luz e sabedoria para todos os que buscam enriquecer a vida e tornar o mundo melhor por meio do conhecimento e difusão dos saberes. De modo especial agradeço à minha esposa Francimeire Souza Almeida pelos incentivos, e por estar ao meu lado em todos os momentos, inclusive, naqueles mais sombrios da longa e árdua caminhada que conduz a mais uma conquista que não é só minha, a ela todo o meu amor. Aos meus filhos Felipe Gabriel e Jonata, pela compreensão nos momentos de ausência durante a pesquisa e escrita do trabalho, vocês são meus presentes de Deus.

Aos meus pais Francisco da Conceição e Maria do Rosário Araújo e irmãos, que mesmo distantes, sempre me inspiraram com palavras de ânimo e torceram pelo meu êxito durante minha jornada acadêmica, a eles minha eterna gratidão por tudo que fizeram por mim proporcionando alcançar objetivos e realizar sonhos.

Meus sinceros agradecimentos também à dona Raimunda Souza Almeida e família pelas orações, palavras de conforto e encorajamento ao longo do curso.

Um muito obrigado aos colegas da turma 2015.1, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, pela convivência e momentos de compartilhamento das experiências e conhecimento. Aos professores do Programa na pessoa do profº Drº Haroldo Amoras, coordenador do curso, que contribuíram diretamente na nossa formação por meio das disciplinas que foram ministradas durante o curso.

Externo ainda gratidão pela gentileza do professor Drº Antonio Tolrino Veras em ceder preciosas fontes que embasaram e enriqueceram este trabalho. Ao meu amigo Antonio Souza (batata) pela ajuda nos detalhes finais do trabalho

Não poderia deixar de expressar a minha gratidão, apreço e reconhecimento ao meu orientador, Profº Dr. Jaime de Agostinho, que desde o primeiro encontro de orientação se mostrou solícito e atencioso com o trabalho, obrigado pela paciência e contribuições.

Por fim, agradeço aos moradores, empresários, comerciantes e demais agentes sociais do Bairro Asa Branca que nos receberam e atenderam-nos generosamente

“O primeiro dever do historiador é não trair a verdade, não calar a verdade, não ser suspeito de parcialidades ou rancores” (Marcus Cícero).

RESUMO

O processo de criação, crescimento e evolução do Bairro Asa Branca na cidade de Boa Vista-RR, associa-se diretamente à dinâmica da produção e (re)produção do espaço com a ação e intervenção diretas dos atores e agentes sociais no Estado de Roraima implicando em um crescimento rápido e desordenado da capital Boa Vista. Destarte, o trabalho objetiva analisar, à luz de autores e fontes que discorrem sobre a historiografia urbana e regional, a evolução socioespacial do Bairro Asa Branca, a partir dos anos 1980, os desdobramentos das políticas públicas implantadas pelo poder público com intuito de promovê-lo como um importante e estratégico subcentro comercial da capital Boa Vista. Para tanto, o trabalho foi dividido em três momentos. No primeiro momento, a abordagem teórica trata da gênese do urbano na Amazônia, a formação das primeiras cidades amazônicas, das políticas de incentivo à ocupação da região do Rio Branco e os esforços para ordenar o Território e a cidade. O segundo momento faz-se a reflexão sobre as causas e consequências da expansão do tecido urbano de Boa Vista, o papel dos agentes e atores sociais, sendo estes parte essencial para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do Bairro Asa Branca. Em seguida, o trabalho expõe os problemas socioambientais presentes no Bairro, a sintonia entre as políticas públicas e as reais necessidades dos moradores e, para isso, utilizou-se entrevistas com os atores e agentes promotores do espaço, possibilitando agregar conhecimento por meio de relatos das experiências vivenciadas pelos mesmos. Desse modo, o trabalho possibilitou-nos ampliar o debate em torno do crescimento da cidade de Boa Vista e seus bairros, apreender o processo que levou o Bairro Asa Branca a tornar-se um potencial subcentro na zona Oeste da capital, bem como a eficácia das políticas públicas para o Bairro.

PALAVRA CHAVE: Bairro Asa Branca – Evolução socioespacial – Políticas Públicas – Agentes sociais.

ABSTRACT

The creation, growth and evolution of Asa Branca neighborhood in the city of Boa Vista/RR it is directly associated with the dynamics of production and reproduction of the effort with the direct action and intervention of actors and the social agents in the state of Roraima. Implying a rapid and disorderly growth of the capital of Boa Vista. Therefore, the work aims to analyze, in the understanding of the authors and source. The discussion about the urban and regional historical graph. The socio-spatial evolution, Asa Branca neighborhood from the 1990 onwards the disruption of public politics, implanted by the public power with the intention of promoting as an important and strategic commercial center of the capital of Boa Vista. For so much the work was divided in three moments: in the first moment the theoretical approach deals with the genesis of the urban in the Amazon, the formation of the first Amazonian cities, of the (Rio Branco) white river and the efforts to order the territory and the city. The second moment, reflection on the cause and consequences of the expansion of the urban fabric of Boa Vista, the role of the agents of social actors, this part being essential, for the socioeconomic growth and development of Asa Branca neighborhood then next the work exposes the socio-environmental problems present in the neighborhood. The harmony between public policies and the real needs of the residents and for this: we use interview with the actors and space promoting agents, making it possible to aggregate knowledge through reports of experiences of living the same. This enabled us to broaden the debate about growth of the city Boa Vista and its neighborhoods. The process that led Asa Branca neighborhood to become potential in the west of the capital, as well as the effectiveness of policies for the neighborhood.

Key Word: Neighborhood Asa Branca – socio-social evolution – social agents – public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Limite do traçado radial concêntrico/1945.....	31
Figura 2. Boa Vista em 1985.....	37
Figura 3. Boa Vista em 1955.....	38
Figura 4. Divisão dos bairros de Boa Vista, entre as décadas de 1950 e 1990.....	39
Figura 5. Feira do Garimpeiro vista de cima.....	48
Figura 6. Feira do Garimpeiro Av. Ataíde Teive.....	48
Figura 7. Sede a Associação de moradores do Bairro Asa Branca.....	64
Figura 8. Imagem da frente do prédio do SENAI.....	65
Figura 9. Frente do prédio do SENAC.....	67
Figura 10. Imagem do Centro de Saúde Asa Branca.....	69
Figura 11. Imagem da frente do prédio do SEBRAE.....	71
Figura 12. Praça do bairro Asa Branca.....	76
Figura 13. Praça do bairro Asa Branca na Av. Manoel Felipe.....	76
Figura 14. Parque Aquático do bairro Asa Branca.....	77
Figura 15. Parque Aquático do bairro Asa Branca.....	77
Figura 16. Trecho do Igarapé Pricumã – bairro Asa Branca.....	81
Figura 17. Mapa da situação hidrográfica, APP e área urbana de Boa Vista.....	82
Figura 18 e 19. Trechos do Igarapé Pricumã.....	86
Figura 20. Impactos ambientais gerados pelo crescimento urbano de Boa Vista.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Vendas no comércio do bairro Asa Branca na AV. Ataíde Teive nos dias de feira livre.....	46
Gráfico 2. Principais mudanças no bairro Asa Branca no dia de feira livre.....	47
Gráfico 3. Evolução da população urbana de Boa Vista.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO : HISTORICIDADE E EVOLUÇÃO SOCIOESPACIAL.....	16
1.1 RORAIMA NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL.....	16
1.2 A GÊNESE DO URBANO NA AMAZÔNIA.....	18
1.2.1 DA OCUPAÇÃO À FREGUESIA NOSSA SENHORA DO CARMO NO VALE DO RIO BRANCO.....	21
1.2.2 BOA VISTA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RORAIMENSE.....	22
1.3 O TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO.....	25
1.3.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL E BOOM DEMOGRÁFICO EM BOA VISTA-RR...	27
1.3.2 ORDENAMENTO TERRITORIAL DE BOA VISTA-RR.....	34
1.4 EVOLUÇÃO DA FUNÇÃO COMERCIAL NA CIDADE DE BOA VISTA/RR.....	41
1.5 BAIRRO ASA BRANCA E SUAS AVENIDAS COMERCIAIS, A (RE)PRODUÇÃO DO LUGAR.....	43
2 A EXPANSÃO DO TECIDO URBANO DA CIDADE DE BOA VISTA-RR, A PARTIR DOS ANOS 1990: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	54
2.1 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO URBANO	54
2.2 TECIDO URBANO DE BOA VISTA: DISPERSÃO E DESCONTINUIDADE.....	57
2.3 A AÇÃO DOS ATORES E AGENTES SOCIAIS NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO BAIRRO ASA BRANCA.....	61
2.3.1 O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ASA BRANCA.....	62
2.3.2 COMÉRCIO E REDE SERVIÇOS DO BAIRRO ASA BRANCA.....	64
3 OS PROBLEMAS SÓCIOAMBIENTAIS DO BAIRRO ASA BRANCA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	72
3.1 A PERCEPÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO NO BAIRRO ASA BRANCA. A EXPERIÊNCIA VIVIDA PELOS ATORES SOCIAIS.....	72
3.2 OS PROBLEMAS SOCIAIS DO BAIRRO.....	76
3.3 A QUESTÃO AMBIENTAL NO BAIRRO.....	80
3.4 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E OS IMPACTOS PROVOCADOS PELA AÇÃO DOS ATORES E AGENTES SOCIAIS: O CASO DO IGARAPÉ PRICUMÃ.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	94
ANEXOS.....	98

INTRODUÇÃO

O estudo sobre temas que abordam a formação, crescimento e desenvolvimento das cidades, nas últimas décadas, tornou-se mais intenso e por conseguinte campo de interesse de pesquisadores e estudiosos de diferentes áreas do conhecimento. Convém destacar que o processo de urbanização no Brasil, assim como nos demais países da América Latina ocorreu no século XX, onde houve um aumento considerável da população devido a muitos fatores que impactaram diretamente no crescimento das cidades brasileiras.

Nesse sentido é salutar enfatizar que, especificamente o Brasil, possui alguns marcos históricos relacionados à urbanização, considerando que desde o período colonial o Brasil já apresentava cidade de grande porte. Entretanto, somente a partir da virada do século XIX e primeiras décadas do século XX o processo de urbanização da sociedade consolida-se, impulsionado pelo fim da escravatura, a proclamação da República e uma indústria ainda incipiente que se desdobra na esteira das atividades ligadas à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado (MARICATO, 2011).

Diante do contexto acima descrito, destaca-se a Amazônia brasileira e os Estados que a compõe, com ênfase para a região Norte onde o processo de urbanização ocorreu de forma tardia, considerando as peculiaridades e os desdobramentos do mesmo que resultou em dominação, exploração, surgimento de vilas e cidades, expansão desses espaços que nos últimos anos viu dobrar a população. O estudo proposto nesse trabalho visa contribuir para ampliação do debate sobre o desenvolvimento regional e urbano, a partir da análise do processo de produção e reprodução do espaço, tendo como objeto o Bairro Asa Branca na cidade de Boa Vista-RR.

Com o tema **A evolução sócioespacial do Bairro Asa Branca dentro do desenvolvimento regional e urbano, a partir dos anos 1980, em Boa Vista-RR**, o trabalho discute a produção e reprodução do Bairro Asa Branca, na capital Boa Vista, analisando o processo evolutivo do Bairro ao longo da década de 190, bem como a atuação dos agentes e atores sociais. Conforme assegura Veras (2009, p.92) “o espaço é produzido de acordo com a história que o sujeito produz é também

produzido obedecendo as leis do desenvolvimento da sociedade a partir dos modos de produção”. Assim, a história desses sujeitos está estreitamente ligada às relações sociais, as contradições e o modo de produzir da sociedade. A pesquisa preocupou-se em avaliar e entender a recente história do Bairro Asa Branca e os fatores considerados determinantes no processo de reprodução do seu espaço.

É importante destacar que a produção de Boa Vista e seus Bairros corresponde a períodos distintos e conforme apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os trabalhos de Silva (2007) e Veras (2009) atestam a descontinuidade das políticas públicas e o crescimento desordenado da cidade de Boa Vista principalmente a partir dos anos 1980.

Com base em informações e pesquisas desenvolvidas no âmbito urbano local este trabalho foi sendo direcionado e ancorado em bibliografias de autores que trabalham a temática urbana e regional, nesse sentido este trabalho tem o intuito de demonstrar como ocorreu o crescimento e desenvolvimento do Bairro Asa Branca a partir dos anos 1980, pontencializando-o como uma “centralidade” na oferta de bens e serviços na cidade de Boa Vista-RR. Foram feitas visitas a órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria Municipal de Obras, Prefeitura Municipal de Boa Vista, arquivos públicos como o banco de dissertações e teses da Universidade Federal de Roraima, além da Biblioteca Central da UFRR onde foram consultados autores como Yara Vicentini, Milton Santos, Ermínia Maricato, entre outros.

A pesquisa apoiou-se ainda em relatos orais como uma metodologia que constitui fonte de informação. Nesse sentido, as entrevistas feitas com os atores e agentes sociais foram fundamentais para agregar conhecimento acerca do estudo da produção e reprodução do lugar, considerando que as experiências vividas e presenciadas pelos mesmos no contexto do Bairro, por eles relatadas, dão conta de uma dinâmica urbana concentrada em ações promovidas pelo poder público, que traduzem-se em políticas públicas voltadas para atender as necessidades da população e concomitantemente contemplando os interesses eleitoreiros dos grupos políticos.

Diante disso, o trabalho foi organizado em três capítulos que discorrem sobre a dinâmica da formação dos espaços urbanos na Amazônia, com ênfase nas

primeiras cidades que, desde o período colonial, foram alvos de disputas entre alguns países europeus; é interesse ainda da pesquisa discutir a alteração na configuração espacial da cidade de Boa Vista, analisando as causas e consequências, inserindo nesse contexto o surgimento do Bairro Asa Branca na década de 1980, percebendo as nuances presentes nos períodos de instalação do Território Federal do Rio Branco, a mudança para Território Federal de Roraima e posteriormente para Estado, que significou autonomia política-administrativo.

O primeiro capítulo aborda a historicidade e a gênese do urbano na Amazônia, tendo como aporte teórico autores que dissertam sobre o período de ocupação da Amazônia, a exploração de seus recursos e riquezas naturais, a origem das primeiras cidades na Amazônia. Outrossim, neste capítulo, aborda-se o surgimento daquele que foi considerado o primeiro “núcleo embrionário” urbano que mais tarde se tornaria a mais importante sede administrativa e provedora das necessidades básicas da população, a capital Boa Vista. Neste sentido, Boa Vista é percebida como um espaço que atrai um número considerado de migrantes, principalmente a partir dos anos 1970, acentuando mais ainda este crescimento nos anos 1980, consequência de políticas que visavam induzir a ocupação e formação de novos espaços, principalmente para a zona Oeste da cidade.

O segundo capítulo analisa a expansão do tecido urbano de Boa Vista, as possíveis causas e consequências. As políticas públicas que induziram de forma crescente uma forte corrente migratória para Roraima; o surgimento de novos bairros que resultou no crescimento rápido e desordenado da cidade de Boa Vista. Obstante esta realidade, o Bairro Asa Branca é inserido nesse contexto, levando em consideração o início do Bairro, a posição comercial estratégica que o mesmo representa para outros adjacentes.

O terceiro capítulo intitulado Problemas sócioambientais no Bairro Asa Branca e políticas públicas, discorre sobre os antigos e novos problemas que desafiam os moradores e os agentes sociais promotores do espaço urbano. Para tanto, foram feitas entrevistas com alguns moradores do Bairro Asa Branca no intuito de demonstrar, por meio das narrativas, as políticas públicas implementadas no Bairro Asa Branca, a percepção e ação dos atores sociais no processo de reprodução daquele Bairro.

Outrossim, o mesmo capítulo aborda questões pertinentes a algumas melhorias e estruturação do Bairro Asa Branca, ocorridas ao longo dos últimos vinte anos. Nesse mister, o último capítulo faz discussão em torno das questões ambientais no Asa Branca e ausência de algumas políticas voltadas para o bem-estar da população daquele Bairro que ocupa centralidade geoeconômica no município de Boa Vista.

1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO : HISTORICIDADE E EVOLUÇÃO SOCIOESPACIAL.

O presente capítulo explora a historicidade do processo de formação do espaço amazônico, a dinâmica da ocupação dessa imensa região que abriga uma notável biodiversidade que encheu de cobiça os olhos daqueles que exploraram a Amazônia e seus recursos naturais. Outrossim, neste capítulo será analisado a formação das primeiras cidades amazônicas, bem como a contextualização histórica do Vale do Rio Branco. Desse modo, pretende-se fazer uma discussão pertinente à ocupação, formação e evolução de Roraima, com base nos estudos científicos desenvolvidos por distintos pesquisadores, que datam do período colonial no Brasil até a criação do Território Federal de Roraima, no século XX, no contexto regional e urbano.

1.1 RORAIMA NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL.

Não é tarefa fácil para o pesquisador conceituar, o hoje Estado de Roraima, na dinâmica espacial, econômica, geopolítica da Amazônia, o qual está inserido na imensa região amazônica e, pode-se afirmar, que possui uma posição geográfica privilegiada. É cada vez mais crescente o número de estudiosos que se debruçam sobre a história da Amazônia e a formação dos núcleos urbanos, a partir da intervenção e ação direta dos agentes e atores sociais, dentre eles os detentores do poder político.

O período de ocupação da região amazônica, remete a um dos mais antigos processos, datando do século XVI, quando os europeus chegaram à região que já era habitada por diversos povos indígenas. Por se tratar de um imenso território as políticas de ocupação buscaram alinhar-se às estratégias geopolíticas e com a exploração econômica.

Cabe mencionar que a Amazônia concentrou um forte jogo de interesse entre vários países, além de Portugal: espanhóis, ingleses, holandeses, o mesmo motivou conflitos pela exploração e busca de muitas riquezas. Historicamente o desenvolvimento da Amazônia lusitana estão assentados geopoliticamente no Forte do Presépio de Santa Maria de Belém, fundado em 1616, o qual tornou-se a partir

desse ano o início do núcleo urbano, que viria a ser a cidade de Santa Maria de Belém (MAGLHÃES, 2008).

Desse modo é possível fazer a reflexão de que os portugueses não restringiram a sua tarefa em espalhar suas feitorias e missões, mas também objetivavam expulsar os seus competidores do espaço: holandeses, ingleses, irlandeses e franceses, com o intuito de garantir definitivamente a posse do território. A priori, na Amazônia não foram encontrados ouro, nem prata, entretanto, ao tomar posse da terra os portugueses logo cuidaram de garantir seus lucros a partir de investidas na região por meio de mão-de-obra escrava dos indígenas.

Ao ocupar a Amazônia, Portugal enquadrou-se no sistema legal de organização do trabalho indígena vigente na época, conhecido como Capitães da Aldeia (1616-1686), que entre outras diretrizes permitia que o “capitão de aldeia” comandasse as formas de recrutamento e escravização de mão-de-obra indígena. Em síntese esse período caracteriza-se por um jogo de interesses pautado na busca de enriquecimento com o uso da escravização da mão-de-obra indígena, feita pelos colonos e também pelos missionários.

Cabe ressaltar que outro fato muito importante para o fim das disputas territoriais na Amazônia foi o Tratado de Madri, em 1750, que delimitou formalmente as fronteiras luso-espanholas e que estabeleceu que cada uma das partes ficasse com os territórios que até então haviam ocupado e povoado. Dessa maneira, tornava-se explícita a intenção dos colonizadores: povoar todas as terras possíveis, inserir os índios na sociedade local e ainda criar vilas e povoados com nomes portugueses (MAGALHÃES, 2008).

Corroborar com essa discussão BEAJEU-GARNIER (1997), quando infere sobre a criação das cidades na Amazônia, atribuindo três motivos específicos: econômicos, políticos e defensivos. Para SILVA (2014) esses vetores determinantes resultam do tempo histórico, que também produzem as feições territoriais e criam hierarquização.

Dessa forma ocorreu uma das primeiras formas de produção do espaço na Amazônia, o surgimento de várias vilas entre elas: Macapá e Manaus. A celebração do Tratado de Madri (entre Portugal e Espanha) forjou o rompimento da linha

imaginária, originando a necessidade de assegurar a posse da vasta extensão de terra. Com isso, Portugal viu-se na obrigação de ocupar e defender as terras.

1.2 A GÊNESE DO URBANO NA AMAZÔNIA

O conceito de cidade nas Colônias da América Portuguesa, está vinculado aos séculos XVII e XVIII, como uma estratégia de domínio territorial, na qual a cidade era considerada como um lugar de apropriação e expropriação de riquezas. Outrossim, vincula-se ao imaginário da cidade às construções idealizadas pela Cristandade associadas às missões religiosas-especialmente as jesuíticas- nas Colônias Portuguesas, cuja a missão era a civilização e evangelização dos homens selvagens.

Os relatos de viagens à várzea do Rio Amazonas, noticiavam a existência de grandes povoados e de riqueza em ouro na região. Diante disso, segundo (VICENTINI,2004) , partiu do Maranhão, em 1615, Francisco Caldeira Castelo Branco, que fundou à margem meridional do Amazonas, a cidade do Pará (atual Belém do Pará), construindo o Forte do Presépio, no ano seguinte.

O Forte do Presépio caracterizava-se por se um pequeno assentamento numa das margens do Pará, considerado um grande passo na dinâmica de ocupação, exploração e urbanização uma vez que em conjunto com o governo português, os colonos chegavam à região de notável exuberância e vastidão.

Vale ressaltar a importante informação de Vicentini (2004), sobre a expedição inglesa ao Amazonas, que antecedeu a fundação do Forte do Presépio. Nessa expedição há 500 quilômetros acima do rio, desembarcaram algumas famílias para a formação de assentamentos.

A cidade de Belém foi implantada em situação geográfica que garante o acesso e o controle do litoral e do vale amazônico, em área plana situada dez metros acima das águas da Baía de Guarujá. Dessa maneira nascia o urbano colonial barroco na Amazônia como lógica de penetração, a presença local do além mar das metrópoles do colonizador, o urbano da soberania dos estados absolutistas (VICENTINI, 2004). Por essa lógica, comprova-se que a criação e localização de

idades foram pensadas estrategicamente como ponto de defesa militar e comercialização do território.

No contexto da realidade da região do Rio Branco, MAGALHÃES (2008) coloca que desde a fase inicial da ocupação portuguesa no Rio Branco, a principal exploração empreendida está ligada ao extrativismo das “drogas do sertão” e ao apresamento de índios por particulares. Nesta atividade destacaram-se o comerciante Francisco Ferreira e o Frei Carmelita Jerônimo Coelho, os mesmos realizaram incursões para capturar índios e coleta de drogas. A historiografia também aponta a chegada de muitos produtos oriundos do rio Branco, a Belém, como cacau, salsaparrilha, madeiras e outros gêneros de extração. No entanto, vale lembrar, que a consolidação do processo de monetarização, levou séculos, em função de um forte sistema econômico e financeiro, denominado aviamento que, ainda no século XVII, funcionava como economia própria da Amazônia.

Nesse cenário econômico, é importante frisar que a extinção da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1778, provocou a redução das experiências agrícolas, a pecuária e as atividades de construção de embarcações nos estaleiros de Belém. A política colonial do primeiro ministro de Portugal, Marquês de Pombal- que fora articulada junto à Metrópole portuguesa e colocada em prática pelo Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês, foi, nitidamente a de promover a ocupação do espaço com vilas e lugares, após a retirada dos missionários em 1757, estabelecendo assim o controle da Amazônia de forma descentralizada (VICENTINI,2004).

Outro fator de grande relevância no processo de ocupação, urbanização das cidades amazônicas é a migração nordestina , especificamente em 1877, em função da seca nos estados de origem desses migrantes. A este respeito Vicentini expõe :

A grande migração nordestina, no ano de 1887, fez com que a mão-de-obra livre chegasse à Amazônia e, pelo vale dos rios, se expandisse até chegar o atual Estado do Acre. No Pará, ocupavam-se da lavoura, no lugar dos paraenses que se deslocaram à procura do látex, possibilitando o surgimento da área agrícola de Bragantina, entre outras (2004, p. 96).

Essa realidade mostra que a Amazônia vivia um clima de euforia, embalada pelo rápido crescimento econômico e expansão da região, onde a exploração da

borracha impulsionou a economia e favoreceu a penetração pelos meios fluviais, a partir da Bacia Amazônica, e um maior conhecimento da extensão das áreas para exploração. Ainda falando do fator econômico, se destaca a prática do aviamento, o mesmo se consolidou a partir do emergente capitalismo industrial europeu, altamente monetarizado, em contato com a economia amazônica.

Aviar na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. O aviador de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Nessa relação, os preços dos bens eram fixados pelo aviador, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar juros extras (VICENTINI, 2004).

Na visão da autora a introdução concomitante do sistema monetário significou uma violência às formas de trabalho existente. Isso porque os mais de dois séculos de processo de acumulação primitiva permitiu a produção de excedentes que resultou na acumulação de capital da economia “gomífera”.

Para Vicentini (2004), a rede urbana amazônica estava configurada a partir das aldeias missionárias, fortes e diretórios ao final do século XVIII. Partindo da política colonial do Marquês de Pombal, chama a atenção que as capitais permaneciam centralizadas na cidade de Belém e, em segunda instância, na capital da futura província de São José do Rio Negro, a cidade de Barra do Rio Negro, atual Manaus. Nesse momento, projeta-se um desenho das plantas urbanas, como por exemplo, de Belém e Manaus.

Vicentini (2004) coloca que a capital Manaus havia surgido no século XVII, a partir da fortaleza de São José do Rio Negro e da instalação de missões carmelitas inicialmente na localidade de Barcelos. A mesma autora informa ainda que em 1786, mais de um século depois da constituição de seu núcleo inicial, Manaus não passava de um vilarejo com 300 habitantes.

Em síntese, no período de 1897 a 1908, ao final do qual a cidade de Belém, por exemplo, possuía 80.000 habitantes. Com o início da exploração da borracha para o mercado internacional começou a expansão territorial. Com isso pode-se afirmar que a Província do Amazonas cresceu demograficamente, com as

migrações oriundas do Pará, Maranhão e todo o Nordeste que tiveram como destinos os altos rios Amazonas.

1.2.1 DA OCUPAÇÃO À FREGUESIA NOSSA SENHORA DO CARMO NO VALE DO RIO BRANCO.

Ainda no século XVII, já havia notícia que os portugueses realizavam explorações na região do Rio Branco sob o comando de Pedro Teixeira, como consequência da expansão para o Rio Negro. O Rio Branco caracterizava-se além da abundância de peixes, possuía muitas tartarugas cujos os ovos eram utilizados para produzir a manteiga que abastecia as missões jesuíticas estabelecidas no rio Negro (FARAGE, 1991). Nesse aspecto, conhecer e explorar a região foi de fundamental importância, pois a expressiva produção extrativa favoreceu o reconhecimento do Rio Branco para o mercado interno colonial, bem como sua posição estratégica do ponto de vista de defesa.

Para tanto, tornava-se imprescindível a edificação de fortalezas em pontos estratégicos visando exercer total domínio concomitantemente importantes funções. Assim, em 1775 teve início a construção do Forte São Joaquim, sob orientação do Capitão Sturn, que a serviço do rei de Portugal, no extremo norte do país. A instalação da base militar, inicialmente, visava garantir a ocupação efetiva da Amazônia e evitar a ameaça dos holandeses, espanhóis e ingleses.

Nesse sentido, é importante salientar que o Forte São Joaquim, erguido na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, constituiu-se um marco importante na ocupação da região do Alto rio Branco. Outrossim, considera-se que o mesmo forte funcionou como uma espécie de fronteira, cujo o intuito era proteger Barcelos, capital da Capitania de São José do Rio Negro, atual Estado do Amazonas, o que explica a ocupação do espaço roraimense pelos portugueses.

O Forte São Joaquim possibilitou a construção de novos povoados, como o de “São Joaquim”, cuja as casas eram de taipas, cobertas de palhas de buriti. Além desse, outros povoados foram surgindo na região, como: São Felipe, no rio Tacutu; Nossa Senhora da Conceição o mais popular de todos; teve ainda os povoados de Santa Bárbara e Santa Isabel que posteriormente foram destruídos.

Tais informações introduzem o estudo investigativo dessa pesquisa no que refere-se a contextualização da Amazônia, espaço que abriga Roraima na parte setentrional.

A instalação das fazendas nacionais no final do século XVIII, pelo governo português foram muito importantes no processo de ocupação e posse lusitanas nas áreas periféricas da bacia do rio Branco. Desse modo, foram fundadas as Fazendas Reais de São Marcos, São Bento e a de São José. Muitos pesquisadores atribuem ao governador da capitania de São José do rio Negro, Lobo D'Almada a responsabilidade pela introdução do gado bovino e de equinos nos campos do Rio Branco. Esse processo de ocupação caracterizou-se efetivamente pela "pata de boi". Essa empreitada pretendia , dentro de um planejamento e estrutura, evitar a invasão coordenada dos estrangeiros.

Em 1915, as fazendas passaram para o SPI-Serviço de Proteção ao Índio, sendo que a de São Marcos, é a única que existe até os dias atuais, localizada na reserva indígena São Marcos, demarcada e homologada em Roraima. Nesse contexto, ocorrera o processo de ocupação do espaço roraimense, onde foi estabelecido o forte e os aldeamentos, o início da produção pecuária planejada concomitantemente com o estabelecimento de outros projetos.

A Constituição Brasileira de 1891, implantou o sistema federativo. O novo regime foi efetivado no momento em que o Brasil enfrentava muitas transformações na economia, na política, considerando que além da Proclamação da República, o país havia abolido a escravatura anos antes e procurava seguir um novo modelo de organização política e social. Neste sentido, Magalhães (2008, p. 83), infere que "com a criação do Município de Boa Vista (1890) e a nomeação do Superintendente (Prefeito) João Capistrano da Silva Mota foi reforçado o poder local e a pecuária".

1.2.2 BOA VISTA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RORAIMENSE

Para iniciar a discussão é preciso uma breve teorização do espaço social sob o pressuposto de sua produção. Para essa problemática Lefebvre (1991), levanta alguns questionamentos que corroboram para essa análise: quem produz e para quem? O que é produzir ? Como e por que produzir? Na concepção do autor, o conceito de produção não possui um único sentido, portanto, existe um sentido estrito e outro geral e mais amplo.

Por essa lógica, deduz-se que o conceito de produção encontra-se além da materialidade, sendo a categoria trabalho, do ponto de vista marxista, que melhor define esse processo e as relações ligadas à atividade tecnológica de transformação da natureza e própria a subjetividade na natureza do homem. Nessa concepção, Lefebvre concebe a produção do espaço por um sentido histórico e sócio-cultural, que passa por uma dimensão temporal.

Nessa ótica, Souza (2003) define o espaço social:

o espaço social é, ao mesmo tempo, um produto das relações sociais, e um condicionador dessas mesmas relações. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas influenciam os processos sociais subsequentes (SOUZA, 2003, p. 99).

Portanto, a análise dos agentes da produção do espaço não ocorre de forma inócua, conforme afirma Corrêa (2011, p.43) a produção do espaço “é consequência da ação de agentes sociais, concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas sociais próprias, portadora de contradições e geradora de conflitos entre eles mesmos e com os outros segmentos da sociedade”.

A formação do espaço roraimense tem origem na ocupação portuguesa nas terras do Rio Branco ainda no século XVIII, com a edificação do Forte São Joaquim, em seguida a política de aldeamento forjando assim as tentativas de colonização da região.

A origem da cidade de Boa Vista está atrelada à questão político-administrativa e militar, foi a partir da construção dos fortins que se constituíram os primeiros núcleos populacionais de Belém, Macapá, Manaus, Bragança e Boa Vista. VICENTINI(2004, p.69-120), contextualiza oportunamente a origem das vilas e cidades amazônicas, destacando os aldeamentos, fazendas e missões, no caso de Boa Vista, a mesma surgiu da parte da ordem religiosa Carmelita, da missão Nossa Senhora do Carmo. A autora menciona ainda que em 1814, São Joaquim concentrava 103 pessoas, enquanto que Nossa Senhora do Carmo, concentrava 161 moradores.

Portanto, a elevação do aldeamento Nossa Senhora do Carmo à categoria de vila visava atender os interesses da Coroa Portuguesa em proteger e manter o controle administrativo, diante da presença constante de ingleses na região.

Ao redor das atividades da Freguesia e da fazenda, foi aumentando o aglomerado populacional, formando assim o fruto da pequena semente, a Vila de Boa Vista do Rio Branco. Cabe ressaltar, que desde o ano de 1877, registra-se um aumento do fluxo migratório para esse povoado principalmente vindo da região nordeste, a fim de dedicar-se ao comércio e à pecuária. Vale lembrar que um dos fatores que induziu o deslocamento dos migrantes nordestinos para Roraima foi a grande seca ocorrida naquela região.

A história de Roraima confunde-se com a de sua capital Boa Vista, por ser historicamente a principal provedora das necessidades básicas da população. Entretanto, a primeira informação sobre Roraima data de 1639. Ocasão em que o oficial português Pedro Teixeira, viajando rumo a Barcelos, deu o nome de Branco para o mais volumoso afluente do rio Negro (MAGALHÃES, 1986). Conforme o autor, até o início do século XVIII, os lusitanos não demonstraram grande interesse político pela terra dos Paraviana, hoje Roraima.

Contudo, o perigo das invasões estrangeiras era iminente, levando em consideração as incursões e investidas feitas por ingleses e holandeses, e, a partir de 1760, pelos espanhóis. Tais ameaças de invasão e domínio territorial obrigaram o governo português, erguer na foz do Tacutu, em 1775, sob a orientação de um dos melhores técnicos a serviço de Portugal no extremo Norte, o Capitão Felipe Sturm, que também foi o seu primeiro Comandante, o Forte de São Joaquim (MAGALHÃES, 1986).

Para Oliveira (2010, p. 166) historicamente o processo de “ocupação” da Amazônia se baseou na transferência de significativos contingentes populacionais vindos de fora da região. Dentre os fatores responsáveis pelos deslocamentos o autor menciona o período da borracha a partir de meados do século XIX, vindo do Nordeste, aparecendo como causa as secas cíclicas que atingiam aquela região fazendo com que nordestinos se deslocassem para o interior amazônico. Segundo dado do autor estima-se que cerca de meio milhão de nordestinos migraram para a

Amazônia entre as três últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, impulsionados pela extração da borracha.

Dentro desse contexto destacam-se alguns fatores que influenciaram o surgimento de Boa Vista: a edificação do Forte de São Joaquim (entre 1775-1778), a implantação dos aldeamentos indígenas planejados (no século XVIII), a instalação das Fazendas Reais São Bento, São José e São Marcos (final do século XVIII), a criação da Fazenda Boa Vista em 1830 e a instalação da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo em 1858. Dentro deste contexto surgiu o núcleo urbano embrionário que se tornou a sede do município em 1890, ainda como parte do Estado do Amazonas (SILVA, 2007).

Cabe destacar a Lei Provincial nº 92, de 9 de novembro de 1858, que determinou a localização da sede da freguesia do Carmo “acima das cachoeiras do rio Branco, no lugar denominado Boa Vista. Assim, em 1890, por meio do Decreto estadual nº 49, de 9 de julho, criou o Município de Boa Vista do Rio Branco, desanexando seu território do de Moura. Sua instalação se verificou a 25 daquele mesmo mês e ano (IBGE,1951).

Boa Vista passa a ser cidade em 1926 e, até a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943, era um centro urbano pequeno e isolado (OLIVEIRA, 2003). Neste sentido é famosa a frase de Hamilton Rice, no relatório de sua viagem a região entre 1924-25, de que Boa Vista era “o único agrupamento junto ao rio que tem a honra de ser chamado de vila”, e que esta era composta de “164 casas que abrigam uma população de 1.200 almas” (RICE, 1978, p. 25).

1.3 O TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO.

Outro relevante período é o da criação do Território Federal do Rio Branco, com o Decreto Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943. Segundo o decreto o Território foi dividido em dois municípios: Boa Vista e Catrimani. Neste contexto, Boa Vista foi elevada à categoria de cidade e capital do novo território, que passou a chamar-se Território Federal do rio Branco. IBGE (1981, p.8).

Junto com o Território Federal do Rio Branco, foram criados o do Amapá e Guaporé, hoje Rondônia. De acordo com Silva (2007, p.116) “esses territórios foram

criados em parte pela necessidade de se povoar as fronteiras, em especial onde o Brasil teve problemas de demarcação com a França, Inglaterra e também com a Bolívia”. A partir dessa argumentação vê-se que o discurso do Estado Novo, tinha o objetivo de dividir e ocupar o território amazônico.

Segundo Silva (2007, p.120), Boa Vista com a função de capital do Território, começa a receber funcionários para exercerem os cargos administrativos. Conseqüentemente ocorre uma carência no setor de alimentos obrigando o governo a oferecer incentivos para o cultivo de produtos agrícolas. Barbosa (1993, p.139) acrescenta que a ação do governo “teve o intuito de suprir em alimentos e baratear o custo de vida, que abrigava o centro administrativo do território e seria o ponto de referência para os novos colonosque chegariam”.

Em 1944, o Município de Boa foi dividido em três distritos: Boa Vista, Caracará e Murupu. De acordo com Veras (2009, p. 95) “a intenção do Governo Territorial era reformular a estrutura de poder e empreender esforços para o desenvolvimento econômico regional”. Nesse sentido, houve algumas ações organizadas por parte do poder público, em diversos setores: saúde, construção de estradas, dentre elas a BR 174 e a implantação das colônias agrícolas.

Neste aspecto é importante ressaltar que criação do Território Federal do Rio Branco, incorporado à política do governo central de Getúlio que ficou conhecida também de “política de segurança nacional”, cuja a intenção era não só de proteger, mas de ocupar. O recém-instalado Governo Territorial, incumbido de reformular a estrutura de poder e empreender esforços para o desenvolvimento da região, criou as colônias agrícolas no início da década de 1950.

Podemos afirmar que expansão das fronteiras agrícolas estimularam a entrada de muitas pessoas que viam no pedaço de chão e nos incentivos encontrados a chance de dias melhores. Segundo Santos (1994, p.32), “a transformação do espaço natural em espaço produtivo é o resultado de uma série de decisões e escolhas, historicamente determinadas”.

A implantação das colônias agrícolas surgiu como uma possibilidade de “povoar” as localidades próximas à capital Boa Vista, atraindo desse modo centenas de pessoas para essas localidades, contribuindo dessa forma para o rápido

crescimento populacional que refletiu inclusive na capital Boa Vista, uma vez que quando a atividade agrícola era abandonada, Boa Vista costumava ser o destino. A colônia Fernando Costa, ficava a 54 km de Boa Vista, às margens do rio Mucajaí e ficou conhecida como Colônia Mucajaí, a mesma é responsável por dar origem à cidade de Mucajaí;houve ainda a Colônia de Brás Aguiar, berço da sede do município de Cantá e a Colônia Serra do Taiano (VERAS, 2009).

1.3.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL E BOOM DEMOGRÁFICO EM BOA VISTA-RR

Ao analisarmos os períodos históricos de maior densidade demográfica verifica-se que muitos fatores, inclusive alguns já mencionados acima, contribuíram decisivamente para o crescimento e expansão da cidade de Boa Vista, alterando assim o ritmo e o modo de vida do lugar.

Segundo Barbosa (1993, p.138), no início da década de 1940 o Serviço Nacional de Recenseamento elaborou um trabalho onde estimava a população do município de Boa Vista (excluindo-se os índios) em 10.509 habitantes, para o ano de 1940. Segundo o mesmo documento, os habitantes da capital Boa Vista não ultrapassavam 1.500 pessoas e a cota da população rural do município atingia 86,7% do total. As atividades eram registradas quase que na totalidade no interior, devido à criação dos rebanhos bovino e o garimpo, ou seja, Boa Vista ficava apenas como centro administrativo e posto de troca e venda de mercadorias.

O mesmo autor informa ainda que “os primeiros dados oficiais confirmando a política de ocupação do Território, são relatados através dos recenseamentos de 1950, que conta com 18.116 habitantes, e 1960, com 28.302 habitantes. A população apresentou taxas médias de crescimento anual de 5,49% e 4,65% para os decênios de 1940/50 e 1950/60 respectivamente” (Barbosa, 1993, p. 139). O crescimento nestes períodos é justificado em parte pela pressão fundiária no Nordeste e a facilidade de obtenção de terras na Amazônia, que foram responsáveis por um significativo número de migrantes se deslocando em direção a Roraima.

Santos (2004, p.219), baseado em dados do IBGE, aponta para a formação rural do Território, explicando que “até o censo de 1980, Roraima era como todo território majoritariamente rural”. Entretanto, a partir de 1979, “com o governo

Ottomar (1979-1983) iniciou-se uma política de incentivo migratório”. Segundo este autor, “os resultados desta política foram não só um movimento para o interior em busca de lotes rurais, mas também de lotes urbanos e das vantagens de uma vida urbana, proporcionada pela capital”.

A década de 1980 é um marco para o processo migratório em Roraima. Barbosa (1993, p. 183), referenciando-se em Silveira & Gatti, afirma que a oferta de terras em Roraima e o surgimento de um fluxo migratório mais intenso, apesar de pouca expressividade no contexto nacional, representaram uma forma de expansão da fronteira caracterizada por um campesinato diferenciado. Com isso, vieram para Roraima migrantes oriundos de diferentes lugares, muitos já haviam passado por outros projetos de assentamentos na Amazônia e sofrido com o fracasso dos mesmos ou ainda teriam excedido no número de pessoas em busca de terra.

Contudo, percebe-se que o boom demográfico em direção à capital foi motivado pela escassez dos incentivos que foi se dando com o passar do tempo e a própria falta de estrutura para permanência desses migrantes colonos. Veras (2009, p. 98) comunga com este argumento, ao afirmar que “muitas das famílias assentadas não permaneciam por muito tempo nos assentamentos, em virtude da descontinuidade do aparato técnico do governo”.

Igualmente, entendemos como fator contribuinte nesse processo de crescimento acelerado e desordenado da cidade de Boa Vista, o garimpo. Santos (2004, p. 202), ao tratar do significado do garimpo para Roraima, destaca que “no fim da década de 1980 e início da seguinte, a mineração em Roraima intensificou-se a ponto de chamar a atenção da imprensa nacional e internacional em razão das transformações ambientais e sociais locais”.

A propagação da imagem de Roraima lá fora como a “terra do ouro e das oportunidades”, despertou em muitas pessoas e famílias o desejo de conhecer e se aventurar nos garimpos de Roraima.

Para entendermos melhor a importância do garimpo para Roraima, nos apoiamos em Barros (1995, p.55), quando ele aponta que “os primeiros e ainda reduzidos sinais de garimpagem de ouro e diamantes em Roraima datam de 1917, nas áreas dos rios Mau e Cotingo, ao Norte de Boa Vista”.

Conforme o mesmo autor “é com a crise da borracha que se inicia em 1920 na Amazônia, que a pecuária no Rio Branco perde importância e o garimpo se torna a atividade impulsionadora da economia local”. Neste campo, Rodrigues (2008) informa que, a partir da primeira metade do século XX, houve uma pequena mas significativa intensificação das correntes migratórias que foram consequência da descoberta e extração de ouro e diamantes na região das serras de Roraima.

Pode-se afirmar que a exploração mineral configura-se em um dos principais motivos do crescimento do Estado de Roraima, principalmente nas décadas de 1980, quando houve a descoberta de novos garimpos. Desse modo, a atividade garimpeira foi uma dos fatores de atração à migração.

Segundo Barbosa (1993, p. 187) “a atividade garimpeira surge com força ao final dos anos 1980, indicando forte estímulo ao crescimento populacional”. Entretanto, segundo ele, “a exploração de ouro em áreas indígenas Yanomami, entre o final de 1987 e meados de 1990, fez Roraima tropeçar no degrau mais alto de sua lenta ascendência econômica neste período”.

Portanto, a corrida desenfreada ao ouro aliada à cobiça e ao desejo de melhoria de vida rápida, foram responsáveis pela ilusão de que, naquele momento, a atividade mineral resolvesse os problemas socioeconômicos do recém-criado estado com a nova constituição.

A partir dessas informações temos segurança para afirmar que a atividade garimpeira em terras roraimenses foi consequência do fracasso de outras atividades econômicas, inclusive, ficando evidente que tal atividade era incentivada e patrocinada pelo governo (BARBOSA, 1993). Ainda a respeito deste Plano, Barbosa (1993, p. 188) informa que “o principal objetivo dessas metas era atender a demanda de uma corrente migratória aurífera estimada em média, na época, em 47 famílias por semana”. Com isto percebe-se a estratégia para promover a vinda de mais migrantes para Roraima. Tanto é que, segundo o mesmo autor, o Plano previa o assentamento de 2.400 famílias ao longo dos três anos.

Todavia, a intervenção federal nas áreas indígenas em meados de 1990, visando o fechamento dos garimpos, enfraqueceu significativamente a economia do estado. Conforme comenta Barbosa, “todo o comércio tinha voltado suas vendas à

atividade garimpeira na expectativa de uma perpetuação deste ramo em Roraima”. Neste sentido também comenta Santos (2004, p. 202), quando diz que “como parte da herança do garimpo em Roraima, permanecem muitos o sonho do acesso a uma fonte de riqueza, imaginada como rápido e grandioso, mas impedido por medidas governamentais, incentivadas por entidades nacionais ou estrangeiras”.

Destacamos ainda que no processo de aumento do fluxo migratório para Roraima, a partir de 1980, destaca-se a abertura da BR 174 como uma porta de entrada e de integração com os demais Estados brasileiros e também com os países fronteiriços, República Bolivariana da Venezuela e República Cooperativista da Guiana. Ressaltamos a importância da BR 174 no processo de ocupação de crescimento populacional de Roraima e de Boa Vista, que, junto ao incremento dos incentivos às migrações, facilitou os fluxos migratórios especialmente a de nordestinos.

Segundo acordo entre Brasil e Venezuela, a principal finalidade da nossa principal BR seria ligar Brasília a Caracas, uma estrada que interligasse as Américas. Em 1976, o sonho da estrada se completou, quando o 6º BEC ligou Manaus a Boa Vista, integrando a velha bacia do Rio Branco ao Brasil e aos outros países das Américas. Souza (1977, p. 266).

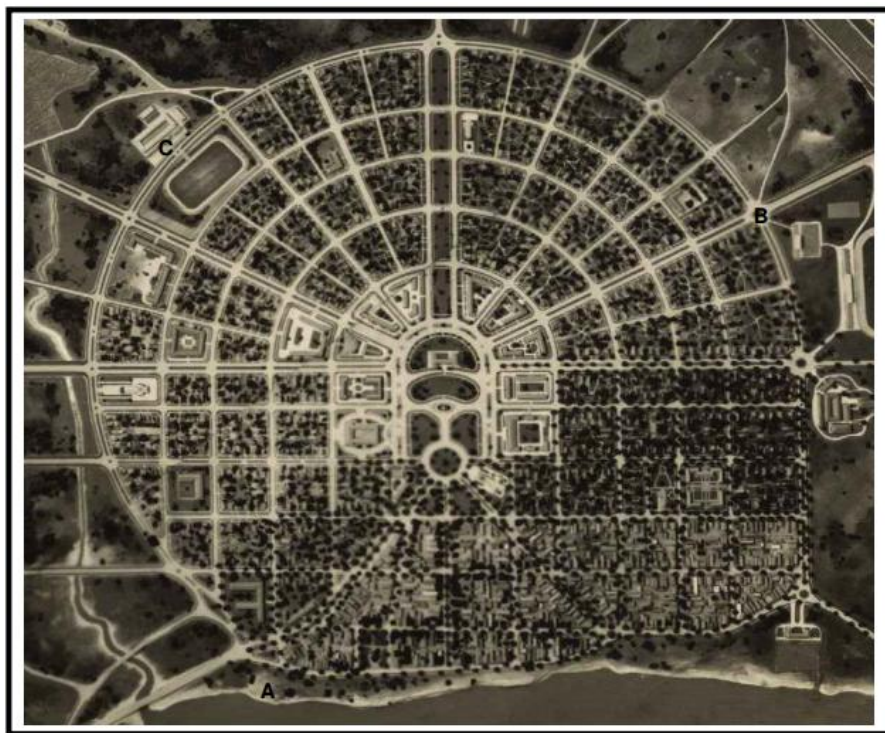
A BR 174 é uma longitudinal com extensão total de 987 km e liga Manaus ao marco BV-8, na Serra de Pacaraima, fronteira com a Venezuela. Para Souza (1977, p. 306) “além de sua importância econômica e turística ligando dois grandes centros comerciais e industriais de economias complementares”, esta estrada “tem um grande sentido de integração nacional e de abertura de frentes pioneiras de colonização, por atravessar terras de grande potencial econômico”. Desse modo, no contexto das transformações espaciais ocorridas na Amazônia nas últimas décadas do século XX, destacando-se aí as questões migratórias, é que a BR174 tem uma relevância na história da ocupação de Roraima e de sua capital, Boa Vista.

Assim sendo, entende-se que historicamente existiram três atividades econômicas básicas que justificavam a entrada de migrantes em Roraima: a pecuária, a agricultura de pequeno e médio porte e o garimpo. É oportuno ressaltar que os migrantes que não se adaptavam aos locais a que se destinaram primeiramente, buscavam alternativas, uma delas era o movimento em direção à

cidade. É o caso específico de Boa Vista, que nos últimos anos teve sua densidade demográfica quase triplicada.

Após a criação do Território, outro fato marcante na vida da cidade foi a implantação do projeto urbanístico elaborado por Darcy Aleixo Derenusson, entre 1944 e 1950. A partir desse plano a cidade ganhou uma nova configuração espacial dentro de um traçado radial concêntrico, segundo o qual a partir de uma praça circular, em torno da qual se localizam as sedes dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, partiriam grandes avenidas (VERAS, 2009, p. 95).

Figura 1: Limite do traçado radial concêntrico/1945.



Fonte: Veras (2009).

De acordo com o traçado apresentado na figura 1 o traçado compreendia a área que inicia-se da praça do centro cívico em direção às outras avenidas da cidade.

Cabe enfatizar que Boa Vista cresce a partir destas peculiaridades e sob a influência do governo central, que interfere na vida local fomentando a vinda de migrantes para ocuparem os espaços “inóspitos”. Em 1966, surgiram os primeiros bairros. A partir de uma subdivisão foram criados nove bairros: Centro, Nazaré (abrangendo o bairro São Vicente e Centro), Messejana (hoje grafado Mecejana), São Francisco, São Pedro, Olaria (onde hoje fica o Beiral, no Centro) e Redenção

(onde hoje é o bairro de Liberdade), desmembrada da fazenda de Anísio Lucena. (Suplemento especial do Jornal Folha de Boa Vista em comemoração aos 122 anos de Boa Vista/RR. Boa Vista, 9 de julho de 2012).

Esse cenário foi se modificando na medida em que Boa Vista vai se firmando como um centro urbano administrativo e um pólo militar. Na década de 1970, o Governo Federal passou a incrementar a infraestrutura administrativa do Território Federal de Roraima e o Exército começou a instalar pelotões militares e a construir a BR174, que liga Manaus à fronteira com a Venezuela e corta Boa Vista. A capital se tornou um canteiro de obras. Com uma nova configuração, a cidade ganhou novos alguns bairros, criados e implantados em forma de conjunto habitacionais e de loteamentos.

De acordo com Veras (2009, p. 150), “a área ocupada na cidade até 1970 ainda era pequena. No entanto alguns bairros de Boa Vista vão sendo criados e implantados em forma de conjuntos habitacionais, ocupações irregulares e de loteamentos”. Tal dinâmica intraurbana, segundo o autor, foi uma das preocupações do Governo Ramos Pereira, que tentou ordenar a cidade em conjunto com o prefeito Júlio Martins.

Nos últimos vinte anos, a cidade de Boa Vista apresentou um elevado crescimento de sua população, passando de 120.157 habitantes, no ano de 1991 (IBGE, 1991), para 197.098 habitantes, no ano de 2000 (IBGE 2000), alcançando 246.444 moradores na contagem realizada pelo IBGE em 2007. O Censo 2010 registrou que a população urbana do município de Boa Vista é de 277.799 habitantes (IBGE, 2010).

Em artigo publicado pela Revista Acta Geográfica, em que Silva, Almeida e Rocha (2009), refletem as novas formas do tecido urbano de Boa Vista, no que se refere às diferenças espaciais e demográficas nas quatro zonas urbanas de Boa Vista, destacam que a distribuição da população na chamada “mancha urbana” dessa capital é consequência de uma série de condicionantes, que influenciou e influencia a escolha de um lugar para residir, sejam estes relacionados aos movimentos interurbanos ou intra urbanos.

A capital Boa Vista é subdividida em quatro zonas urbanas: Norte, Sul, Leste e Oeste (Plano Diretor de Boa Vista, 1991), com diferenças. Segundo Paulo Rogério de Freitas Silva, essas diferenças espaciais sugerem uma série de determinantes ao longo da formação territorial do lugar e estão relacionadas às condições econômicas da população, por isso ela precisa ser pensada. (SILVA; ALMEIDA; ROCHA, 2009, p. 47).

No tocante à quantidade de residentes das zonas urbanas e do centro, destacamos que residem cerca de 4.858 pessoas na área central; na zona Leste se concentram 5.693 habitantes e quatro bairros, sendo a menos habitada; em seguida vem a zona sul com 12.434 habitantes e cinco bairros; e a zona norte com 22.922 habitantes, com seis bairros. A zona oeste é a mais habitada, pois, concentra 200.537 pessoas e 38 bairros, o que equivale mais de 75% da população urbana de Boa Vista (SILVA; ALMEIDA; ROCHA, 2009, p. 47).

Ao analisarmos a grande concentração populacional na zona Oeste várias são as causas. Contudo, destaca-se a corrida ao ouro em Roraima, entre 1987 e 1990, quando Boa Vista dobrou o seu número de habitantes, pois de 52.614 registrados, em 1980, a cidade passou a concentrar os 120.157 moradores, segundo o Censo Demográfico realizado no decorrer de 1991.

Conforme os estudos de Silva, Vale e Veras, até o período em foco isto é, início da década de 1980, a cidade concentrava a sua população e a sua mancha urbana nos limites da BR 174, na parte que corta Boa Vista chamada de Avenida Venezuela, com exceção do bairro da Liberdade que já começava a se formar, localizado após este limite, de maneira induzida pelo poder público e também espontânea.

Entre 1980 e 1989 acelera-se a ocupação em direção a zona Oeste ocasionando uma dispersão e posteriormente formalização de parte do tecido urbano atual. Essa diferença na forma de ocupação do espaço urbano de Boa Vista, principalmente em direção à zona oeste, ocasionando um inchaço populacional, está condicionado, conforme já apontado em outro item deste trabalho, às políticas assistencialistas por parte dos governos locais.

Dessa forma, conforme Silva (2007, p. 48), o princípio da formação da mancha urbana atual de Boa Vista vai se processando numa conjuntura favorecida por diversos determinantes e o lugar que a população vai se assentar segue uma série de condicionantes, que favorecem a sua permanência mais numa zona urbana que em outra.

De acordo com Silva, Almeida e Rocha (2009) a cidade de Boa Vista, apresenta uma configuração que se amplia, mais intensamente, em direção à concentração demográfica quanto ao tamanho da mancha urbana.

Esta mancha urbana tem um formato que é definido pelo rio Branco a leste e se alastra para o oeste. A definição das quatro zonas urbanas explicitadas no Plano Diretor de Boa Vista, 1991, se baseia em condicionantes inexplicáveis. Tratar os 54 bairros que compõem a chamada mancha urbana local, como condizentes quanto a sua distribuição nas zonas urbanas atuais é questionável e carece de análise que propicie uma melhor compreensão (SILVA; ALMEIDA; ROCHA, 2009, p. 51).

1.3.2 ORDENAMENTO TERRITORIAL DE BOA VISTA-RR

Boa Vista, a maior cidade do estado, ao longo das últimas décadas sofreu diversas alterações em sua organização espacial que influenciaram, sobretudo, na mudança dos ritmos, do cotidiano e dos significados da cidade. Neste sentido, para o contexto de Boa Vista, Oliveira (2011, p.46) considera a presença de “algumas cidades” dentro desta, sendo elas constituídas por dois eixos principais: de um lado, bairros emergentes se consolidam dentro das novas práticas e significações construídas em torno do rio Branco. De outro, a cidade das formas excluídas, constituídas por bairros precários e sem infraestrutura criados a partir de projetos de ocupação patrocinados pelo governo de invasões ou de promessas eleitoreiras.

O contexto acima mencionado dá conta de uma cidade em dinâmica transformação espacial, proporcionada por uma modernização que acentua entre outras coisas as desigualdades sociais e o crescimento desordenado.

O período de 5 de outubro de 1988 a 31 de dezembro de 1990 é considerado de transição do Território Federal de Roraima para estado. Cabe salientar que com a criação do estado de Roraima, em 1988, a cidade passa a ter

uma maior autonomia em suas ações político- administrativas. Com isso, o prefeito passou a ser eleito pelo povo, e não indicado pelo governador, e isso significou a implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento urbano e ações estratégicas mais autônomas sem a interferência do governo central (VERAS,2009).

Veras, ao citar Barros, discute a ação do poder público com relação às ocupações que iam surgindo naquele período. Segundo o pesquisador, o período de transição e após a criação do estado de Roraima, o poder público continuava com a política de doação de lotes gratuitamente nas áreas “periféricas” da cidade, que posteriormente foram transformados em bairros como foi o caso do bairro Asa Branca. Enquanto isso, as ocupações irregulares prosseguiram em ritmo frenético em diferentes áreas da cidade (2011, p.90).

O período de 1987 a 1990 corresponde ao período de pico do garimpo, e a sua desarticulação por parte do governo federal provocou uma evasão de muitos moradores de Boa Vista, declínio no preço dos imóveis e centenas de habitações semiacabadas e fechadas, posto que a razão de permanência desses moradores garimpeiros em Boa Vista não mais existia.

Entretanto, na contramão deste fato apontado por Barros, os dados do censo do IBGE colocam que independentemente da saída de parte dessa população garimpeira, em 1990-91, o estado de Roraima possuía 215.790 habitantes, destes 142.813 habitantes estavam concentrados na cidade de Boa Vista, referendando o que foi apontado por Barbosa (1993, p.189), de uma hiper concentração populacional na respectiva cidade. A desarticulação do garimpo alterou em parte a configuração sócio espacial de Boa Vista, pois aumentou o número de habitantes que não tendo outra opção de moradia deslocava-se para a periferia e ocupavam irregularmente áreas de risco (áreas inundáveis e próximas aos lagos e igarapés). Dessa forma surgem os chamados bairros suburbanos, marcados pela falta de estrutura e de planejamento. (VERAS,2009).

Em 1989, quando Barac Bento assumiu a prefeitura de Boa Vista, a cidade expandia-se de forma desordenada, sem um planejamento urbano estratégico que possibilitasse uma orientação de uso e ocupação do solo urbano, sobretudo em respeito ao meio ambiente. Uma das consequências dessa dinâmica espacial, foi uma “favelização” na periferia da cidade. Para Veras (2011, p. 91) “essa desordem

urbana induziu a prefeitura a elaborar um plano diretor para nortear uma política de desenvolvimento urbano, o zoneamento urbano objetivando dar condições de acesso aos equipamentos e serviços públicos à população”.

Uma das reflexões feitas por Oliveira (2011, p. 17), tem muito a ver com o nosso trabalho, ele menciona que “apesar dos garimpos de diamantes em Roraima existirem desde o final da década de 1930, seu boom demográfico ocorreu no final da década de 1980, especialmente a partir do período de transição da condição de Território Federal para Estado”. O fluxo de garimpeiros para Roraima vai influenciar na organização espacial da capital, sendo estimulado pelo próprio poder público.

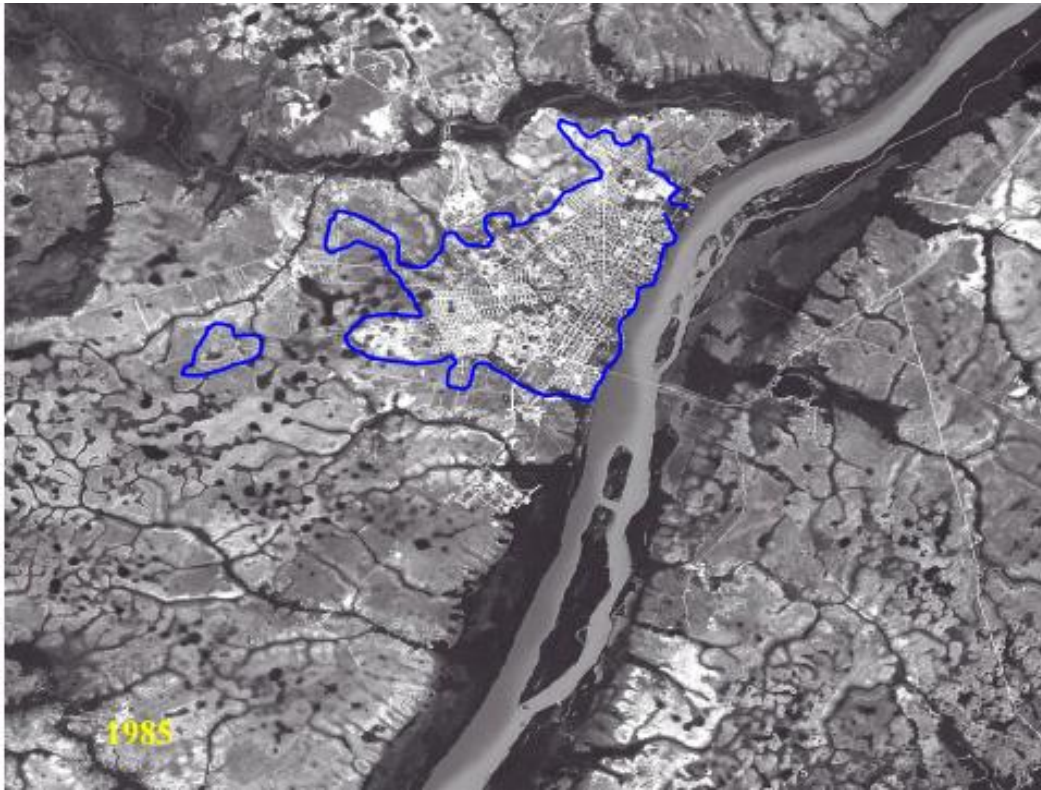
Para tanto, ele se referêcia em Barros para mostrar que:

(...) áreas na periferia, com lotes doados gratuitamente pelo poder público, foram freneticamente ocupadas por habitações no período recente do garimpo (1987-1990), como o bairro de Asa Branca, enquanto ao mesmo tempo aconteciam invasões no bairro do Beiral, às margens do rio Branco, ao sul e contíguo à velha cidade. Antes que muitas casas estivessem prontas, a desarticulação do garimpo deixou centenas de habitações semiacabadas e fechadas, posto que a razão para a permanência desses moradores em Boa Vista não mais existia (OLIVEIRA, 2011, p.37).

Diante desse cenário de crescimento e expansão do tecido urbano de Boa Vista, destacam-se as iniciativas dos dois períodos do governo Ottomar de Souza Pinto entre 1979 e 1983 e entre 1991 e 1995 intercalado pelo governo de Romero Jucá, entre 1987 e 1989, pelo estímulo que deram para o surgimento de novos bairros por meio de uma política que induzia a migração, com isso houve um intenso movimento tanto para o interior, em busca de lotes rurais, quanto para a capital em busca de oportunidades e de doações de lotes urbanos (SILVA, 2007).

Após a década de 1980, progressivamente novas áreas foram progressivamente incorporadas mediante os loteamentos que eram implantados de forma descontrolada, sem uma previsão de estruturação, explicitamente atendendo interesses políticos de assentamento de migrantes que se deslocavam para Boa Vista, conforme demonstra a figura 2.

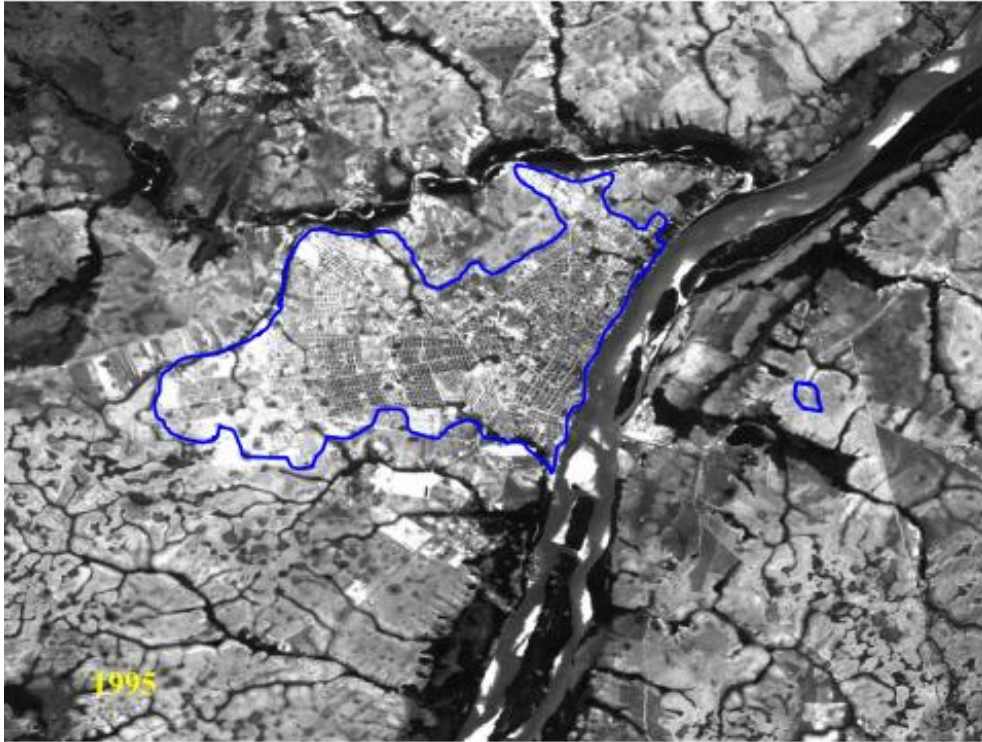
Figura 2: Boa Vista em 1985.



Fonte: Agostinho (2001).

De acordo com a imagem da figura 3 houve um aumento bastante significativo do tecido urbano da cidade de Boa Vista na década de 1990, atribui-se ao fato da desarticulação e proibição do garimpo pelo governo de Fernando Collor, simultaneamente com os programas de assentamento urbano, que provocam o chamado êxodo rural que resultará na “favelização” da periferia da cidade.

Figura 3: Boa Vista em 1995.



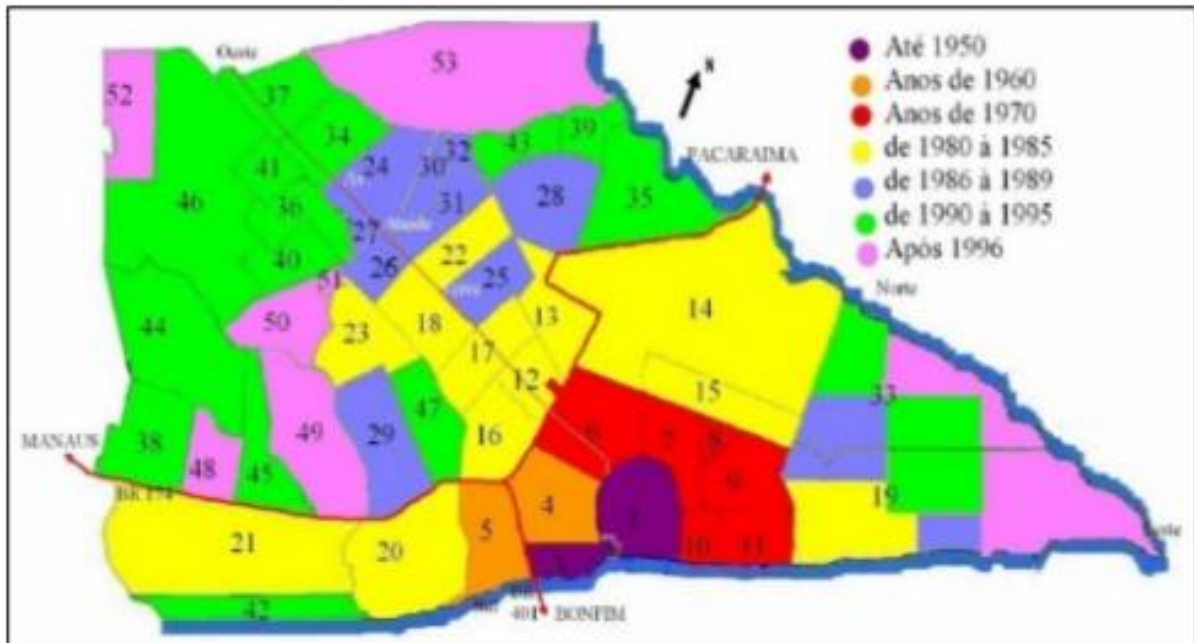
Fonte: Agostinho (2001)

Dessa maneira, o Plano Diretor de Boa Vista (1991), redesenhou as mudanças no tecido urbano e a nova configuração espacial. Com relação as quatro zonas, em 2005, a cidade de Boa Vista passou a concentrar cinquenta bairros, distribuídos principalmente no setor Oeste, totalizando 35 bairros: Asa Branca, Alvorada, Aracelis Souto Maior, Bela Vista Buritis, Caimbé, Cambará, Caranã, Cauamé, Centenário, Cinturão Verde, Equatorial, Hélio Campos, Jardim Caranã, Jardim Primavera, Jardim Floresta, Jardim Tropical, Jóquei Clube, Liberdade, Mecejana, Nova Canaã, Nova Cidade, Operário, Pintelândia, Piscicultura, Pricumã, Raiar do Sol, Silvio Botelho, Silvio Leite Santa Luzia, Santa Tereza, Tancredo Neves, União, Governador Aquilino Mota Duarte e Cidade Satélite.

Nessa configuração é válido destacar que a maior parte da população das zonas Oeste e Sul, é moradora de bairros, que tiveram sua formação a partir de 1992, quando as políticas do Governo Estadual se voltaram para o assentamento das famílias das referidas áreas (SILVA, 2007). O vestiginoso crescimento da cidade de Boa Vista, ao longo das décadas de 1950 até o final da década de 1990, resignificou a dinâmica urbana tanto no aspecto demográfico quanto no social.

A figura 4 abaixo, demonstra o processo de evolução do espaço na cidade de Boa Vista, com o surgimento de novos bairros e a nova configuração espacial na capital.

Figura 4: Divisão dos bairros da cidade de Boa Vista entre as décadas de 1950 e 1990.



Fonte: Vale (2007).

O plano diretor constitui um importante instrumento para organizar e ordenar a cidade o ano de 1988 deu um grande impulso para o planejamento urbano no Brasil, mesmo depois de 20 anos de sua promulgação ocorrem inúmeras propostas de planejamento urbano em centenas de cidades brasileiras. Além disso, o tema motiva importantes discussões em órgãos públicos, instituto de pesquisas, empresas de consultoria e em universidades.

Com base na Carta Magna de 1988, de modo especial nos artigos 182 e 183, os quais tratam da política urbana, está explícita a importância da escala urbana. Tais artigos dão sustentação à inédita autonomia para municípios. O art. 182, parágrafo 1º, diz que “o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte e mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”.

Fica ainda expresso nos arts. 182 e 183, Capítulo II - Da política Urbana, da Constituição de 1988: “Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada

pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. Acerca da propriedade urbana o § 3º informa que “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”. Destarte, fica evidente o papel do poder público seja ele na esfera municipal ou estadual em implementar e gerir políticas públicas que favoreçam o ordenamento, uso e ocupação do solo, por parte de seus cidadãos.

Conforme Duarte (2012) o destaque atribuído ao município na Constituição pelos artigos são breves. O que seria até esperado, uma vez que se trata da Constituição brasileira e esta depende de leis complementares. Vale salientar que embora muitos bairros tenham surgido fora de conformidade com a legislação, porém, tiveram incentivos de agentes públicos e anos depois dos atores estarem instalados nos locais- invadidos ou doados – os bairros foram criados através de decretos e os lotes regularizados.

Não é por falta de planos e leis que nossas cidades tomaram o rumo que tomaram. No amplo arcabouço da legislação urbanística existente, estão disponíveis aos governos municipais instrumentos para :ampliar a arrecadação de recursos para o financiamento das cidades; a recuperação de investimentos em infraestrutura; regularizar e urbanizar áreas ocupadas irregularmente; garantir a preservação ambiental e o crescimento urbano sustentável (MARICATO, 2011).

Em outras palavras, os instrumentos necessários já estavam à disposição dos gestores públicos para pôr em prática, de forma consistente, harmônica e, sobretudo, sustentável, bem antes da criação do Estatuto da Cidade.

Neste contexto, destaca-se que a ocupação da terra urbana, juntamente com o rápido crescimento urbano da cidade Boa Vista foram responsáveis por induzir o poder público municipal a elaborar um Plano Diretor que norteasse a política de desenvolvimento urbano, bem como o zoneamento de uso e ocupação do solo. Todavia, a lei Nº 244, que dispõe sobre a promoção do desenvolvimento urbano, zoneamento, uso e ocupação do solo, sistema viário, parcelamento do solo e dá outras providências só foi promulgada em 06 de setembro de 1991. Para Veras

(2012) esse fato contribuiu para atrasar as políticas de desenvolvimento urbano da cidade.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Boa Vista – PDDU/BV (1991:9) em suas linhas de ação visavam:

Estabelecer um plano global de expansão urbana, econômica, de ensino, capaz de atender os diferentes níveis educacionais;

Elaborar diretrizes para a preservação da ecologia e do meio ambiente; e

Estabelecer um plano para a construção viária, ligando o centro da cidade de Boa Vista aos bairros;

Contudo, o Plano Diretor ainda não tinha surtido os efeitos esperados para o ordenamento e desenvolvimento urbano da cidade de Boa Vista. Pois a cidade continuava a crescer desenfreadamente fazendo com que a mancha urbana se espalhasse em direção à zona Oeste.

1.4 EVOLUÇÃO DA FUNÇÃO COMERCIAL NA CIDADE DE BOA VISTA/RR.

O pesquisador e geógrafo Milton Santos, faz uma análise sistemática da evolução econômica e social, de modo interdisciplinar, dos países do terceiro mundo, no período pós-Segunda Guerra Mundial, inferindo acerca das teorias utilizadas para entender o fenômeno da urbanização. Para Santos (2008), quanto maior for a importância da cidade, simultaneamente cresce o número de empresários, profissionais liberais, e , por conseguinte, aumenta o número de compradores para os bens do comércio moderno.

Nesse sentido, a expansão do comércio é favorecida com o aumento de linhas de crédito onde as pessoas usufruem do crédito institucional. Seguindo essa lógica SANTOS (2008, p. 347) coloca que “a demanda de serviços varia qualitativa e quantitativamente de acordo com o tipo de atividade”. Em outras palavras, a expansão do comércio é favorecida com aumento de linhas de crédito onde as pessoas usufruem do crédito institucional.

Historicamente a primeira etapa comercial de Roraima caracterizou-se por uma atividade de trocas, baseada na “coleta” e distribuição de produtos agrícolas, no extrativismo e na exportação de gado bovino. Levando em consideração a questão histórica das grandes distâncias em relação ao resto do país, Roraima mantinha fraco intercâmbio com outros centros comerciais, como por exemplo, Manaus, onde ocorriam interrupções, causadas pela estiagem do Rio Branco, principal via de acesso, limitando assim a comercialização de forma exclusivamente com as Repúblicas da Venezuela e Guiana.

Ainda versando sobre a economia de Roraima, da capital Boa Vista, salienta-se que, apesar de tradicional único esteio da economia local por muito tempo a pecuária extensiva não foi suficientemente beneficiada com inovações tecnológicas a ponto de conquistar novos mercados.

Boa Vista está localizada na região centro Leste do estado de Roraima, extremo norte do país, cuja a população atual é de 284.313 habitantes de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010). Sendo portanto a única capital brasileira totalmente acima da Linha do Equador.

Pode-se afirmar que nos últimos anos a cidade teve sua configuração espacial alterada. Para VERAS, ANJOS, MORAIS, RODRIGUES (2012), tal dinâmica na alteração socioespacial da cidade deve-se a alguns fatores: concentração e “estagnação” do setor comercial na área central de Boa Vista, isto é, a expansão urbana tira o papel de única área comercial e de serviços; a precariedade do sistema de transporte coletivo, que não atende satisfatoriamente o deslocamento da população residente na zona Oeste de Boa Vista para área central; o valor de compra e venda dos imóveis comerciais e residenciais na zona Oeste serem inferiores aos localizados na zona Leste da cidade; a inserção de infraestrutura urbana e novos investimentos no setor comercial na zona Oeste em razão da concentração populacional ali existente.

Assim ocorre a chamada dispersão das atividades comerciais, tal processo já ocorre nos grandes centros comerciais e metrópoles do Brasil.

O estudo feito por VERAS et.al (2012), identifica e analisa os fatores socioeconômicos pelo surgimento de subcentros, bem como a sua importância na

dinâmica de produção e organização do espaço intraurbano de Boa Vista. Segundo os autores, o surgimento do subcentro comercial da Avenida Ataíde Teive e Sólon Rodrigues Pessoa foi iniciado na década de 1990, no entanto intensificou-se, no século XXI, mais precisamente no ano de 2002.

Tomando por parâmetro a reflexão feita acima sobre os subcentros e sua funcionalidade é propício destacar que a partir dos anos 2000, os bairros mais populosos e afastados da área central da cidade de Boa Vista, junto com os subcentros cresceram e desenvolveram-se com expressiva notoriedade, seja pelo volume de bens e serviços ofertados nos mesmos, seja pela demanda significativa que apresenta-se para consumir e fazer girar a economia local desses subcentros.

1.5 BAIRRO ASA BRANCA E SUAS AVENIDAS COMERCIAIS, A (RE)PRODUÇÃO DO LUGAR.

Para CARLOS (2008) a produção do espaço pelo capital está fundamentado na apropriação privada, ou seja, o espaço é produzido em função do processo produtivo geral da sociedade.

O bairro Asa Branca localizado na zona oeste de Boa Vista, surgiu em 1982, quando aconteceram as primeiras ocupações. A predominância nordestina de moradores na localidade provavelmente influenciou o nome do bairro que leva o nome do imortal sucesso “Asa Branca”, de Luiz Gonzaga, uma homenagem ao “rei do baião”. Os primeiros moradores vieram de estados como o Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte. Outro fator importante que remete ao Nordeste era o estilo de construção e pintura das casas que eram pintadas geralmente de branco, caiadas. Segundo nossos entrevistados, logo no início as casas eram construídas de madeira, e a área que compreende mais de trinta ruas do bairro de hoje era um grande lavrado.

Em 1986 devido às dificuldades de infraestrutura (luz, água e transporte público) muitas famílias tinham abandonado as residências, o que fez com que outras pessoas invadissem as casas vazias. Naquele ano já havia uma escola na comunidade, a Escola Maria das Neves Rezende. A água encanada, a luz elétrica e o transporte coletivo só chegaram neste ano e só em 1989, o bairro teve sua primeira rua asfaltada: a rua Armando Nogueira.

Neste sentido, evidencia-se que o Bairro Asa Branca tem sua gênese a partir de um processo peculiar na história de Roraima, a migração. Como é sabido a migração é um processo que possui suas complexidades conceituais, tendo em vista que os deslocamentos humanos, ao longo da História, constituem uma prática de diversos grupos de pessoas, ou de indivíduos agindo isoladamente, cujas as motivações ajudam a definir a causa desses deslocamentos presentes até os dias atuais, sem deixar esgotarem-se as conceituações e teorias acerca do tema.

Diante de sua recente história cabe salientar que o referido Bairro ocupa centralidade na zona oeste da cidade de Boa Vista, o que lhe atribui importância socioeconômica por atender moradores do próprio bairro e de outros adjacentes, que utilizam a rede de serviço disponível hoje no Bairro: supermercados, lojas, agências bancárias, salão de beleza, feira livre, igrejas, empresas de grande porte que atuam em distintos ramos comerciais.

Enfatiza-se que para ser considerado um subcentro o bairro deve possuir, em suas principais avenidas e/ ou ruas, equipamentos e serviços diversos: banco, comércio, escola e serviços especializados. Ao interpretar, de modo interdisciplinar a evolução da economia, principalmente nos países de Terceiro Mundo, Milton Santos utiliza os circuitos superior e inferior para caracterizar sistematicamente a metamorfose espacial, pelo olhar econômico e também social.

Quanto às características desses dois circuitos, considera-se o conjunto de atividades, entretanto, a principal diferença entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior baseia-se nas diferenças de tecnologia e de organização. Pois, o circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível “capital intensivo”, enquanto o circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo” (SANTOS, 2008).

Atualmente o Bairro Asa Branca possui algumas avenidas que transformaram-se em centros comerciais, pelo grande volume de bens e serviços ofertados nos locais. É o caso por exemplo, das avenidas Ataíde Teive, Manoel Felipe, consideradas centrais no bairro e responsáveis pelo impulso econômico do Bairro. Destaca-se também a principal feira livre, localizada no Bairro, conhecida como Feira do Garimpeiro que funciona aos domingos na principal avenida – Ataíde Teive – a mesma teve início com o surgimento do Bairro Asa Branca e, com o

passar dos anos, cresceu e ampliou a presença de feirantes, comerciantes e consumidores que vêm de outros bairros.

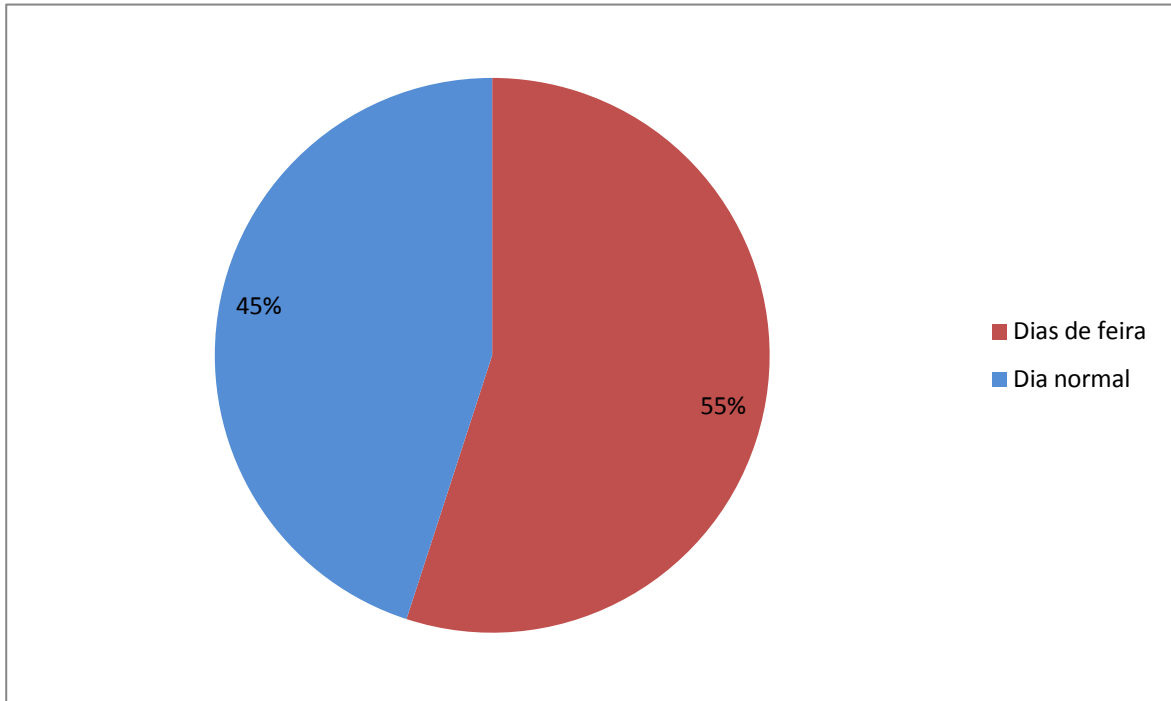
A feira ao longo da história exerce papel importante na implantação do dinheiro, na manutenção do sistema capitalista e no surgimento e crescimento das cidades. Desse modo, as feiras constituem um importante ponto de encontro entre vendedores e compradores. A Feira do Garimpeiro surgiu como a maioria das feiras livres, através da venda e troca de produtos frente às necessidades básicas da comunidade local. Com uma diversidade de produtos e preços mais acessíveis, o espaço ocupado pela feira tem aumentado cada vez mais. Com isso, a feira que atendia a comunidade local, passou a receber compradores de todos os bairros os bairros da cidade e até de pessoas que moram em outros municípios vizinhos, que também comercializam e consomem no local.

As feiras livres, no geral, recebem uma atenção menor, se comparada ao impulso econômico que causam. Nesse sentido, salienta-se que a Feira do Grimpeiro constitui um grande espaço onde há um intercâmbio entre os sujeitos que estão envolvidos diretamente no processo de comercialização e consumo; os pequenos produtores, têm a oportunidade de vender diretamente aos consumidores seus produtos, sem precisar utilizar atravessadores, que compram mais barato e vendem mais caro. Dessa maneira, evidencia-se dois pontos relevantes da feira: espaço para o pequeno produtor de Boa Vista e preço mais acessível para o consumidor que se dirige até ela. Contudo, ela vai além desses pontos em destaque. Por está inserida no meio do centro comercial do Bairro Asa Branca, traz para os empresários da localidade mais oportunidade de venda e lucratividade, devido 70% dos lojistas abrirem até o meio dia no domingo.

O gráfico abaixo ilustra bem a visão dos lojistas e trabalhadores do bairro. Com base na pesquisa realizada com 20 pessoas, concluiu-se que 55% dos entrevistados considera o dia de feira favorável ao mercado se comparado a um dia normal da semana, pois nesse dia o fluxo de pessoas é grande o que ocasiona maiores oportunidades de vendas. Chama a atenção o intercâmbio que ocorre entre os sujeitos envolvidos naquele espaço: brasileiros, venezuelanos, guianenses disputando clientes e produtos. o final de semana representa possibilidades de

maior lucratividade, devido a grande aglomeração de pessoas oriundas de Bairros adjacentes e também de outros distantes.

Gráfico1: Vendas realizadas em um dia normal da semana e vendas em um dia de feira no Bairro Asa Branca – AV. Ataíde Teive.



Fonte: Próprio Autor (2017).

Do ponto de vista econômico a feira constitui-se em um importante vetor de desenvolvimento para o Bairro, devido o aquecimento das vendas e oportunidades de negócios para os comerciantes e empresários que abrem aos domingos.

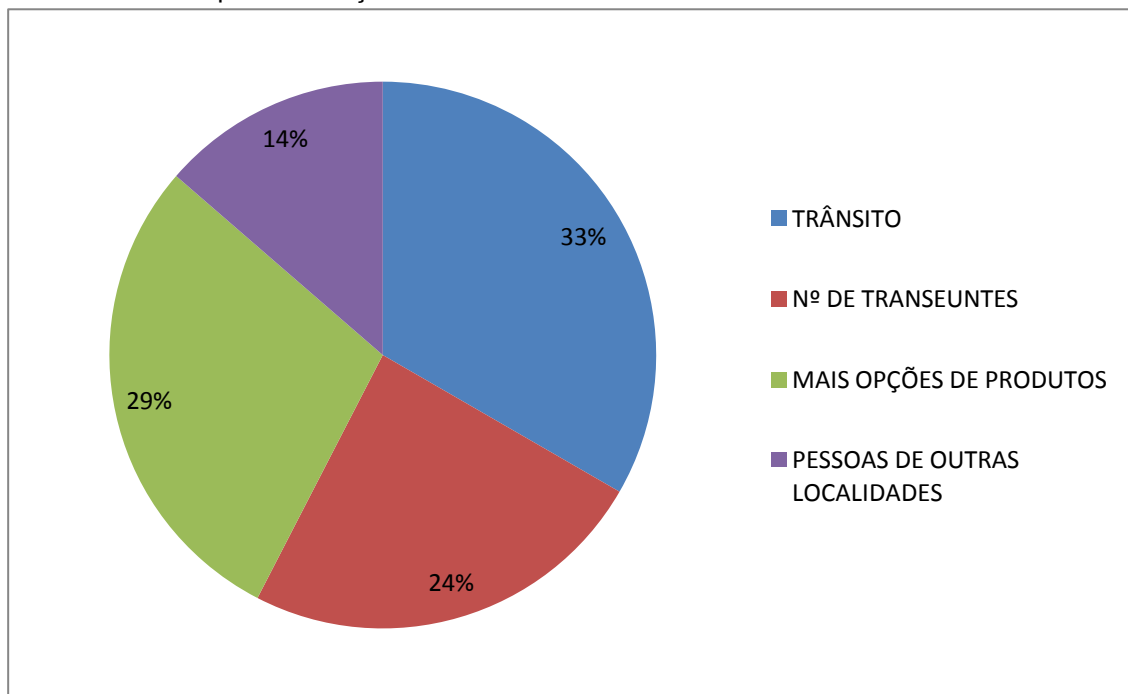
Ainda para os moradores do bairro Asa Branca, frequentadores do comércio local, como para motoristas. No que concerne aos dias de feira livre aos domingos, a maior mudança ocorrida no bairro, vem observado no gráfico 2 desta pesquisa.

Constata-se, que a grande maioria, afirma que a maior mudança ocorrida nos dias de feira é a dinâmica no trânsito com um percentual de 33%, seguido de mais opções de produtos em única localidade e o aumento no número de transeuntes no bairro o que também reafirma o aumento das vendas no dia de feira e conseqüentemente ascende a economia local e por sua vez a municipal. Em relação ao trânsito, é sem dúvida algo que necessita de uma análise mais minuciosa, visto que a feira interdita uma das principais avenidas do município, que

interliga os bairros da zona oeste com o centro da cidade. Ha muitas divergências acerca deste assunto, contudo, é inegável a pujância e o resultado positivo que a feira traz para o Bairro Asa Branca.

De acordo com o gráfico abaixo, o trânsito é o principal fator de mudança no Bairro Asa Branca no dia da Feira.

Gráfico 2: Principais mudanças ocorridas no Bairro Asa Branca no dia de feira



Fonte: Próprio Autor (2017).

Conforme pode-se observar nas figuras 5 e 6, o grande fluxo de pessoas aos domingos na feira, em busca de produtos e gêneros alimentícios variados influencia diretamente no volume das vendas dos comerciantes e empresários que abrem as lojas no domingo. Pode-se observar também, que houve uma padronização das barracas dos feirantes, proporcionando organização e comodidade para os que ali trabalham.

Figura 5 – Feira do Garimpeiro, Av. Ataíde Teive, vista de cima.



Foto: Próprio Autor.

Figura 6 - Feira do Garimpeiro – Av. Ataíde Teive



Foto: Próprio Autor.

Uma das características do espaço urbano, em qualquer sociedade, é a fragmentação de áreas distintas entre si, seja na gênese ou nos aspectos econômico e social da cidade. O processo de reprodução do espaço urbano na cidade, favorece

a valorização de alguns lugares seja pela a infraestrutura urbana, seja pela qualidade dos equipamentos urbanos disponibilizados aos cidadãos.

Para início de análise da participação dos agentes sociais na produção e reprodução do espaço faz-se necessário entender como se estabelece as relações entre os diversos grupos dos agentes sociais. Nesse sentido, CORRÊA (1989, p.12) os identifica: a) os proprietários dos meios de produção; b) os proprietários fundiários; c) os proprietários imobiliários; d) o Estado e, e) os grupos sociais excluídos. A este respeito o mesmo autor assegura que os três primeiros agentes promotores do espaço diferenciam-se pelas estratégias de ação e, por conseguinte, redundam em conflito entre eles.

O Bairro Asa Branca em sua dinâmica socioespacial¹, contou decisivamente com a ação dos agentes públicos, por meio de uma política assistencialista visando claramente a formação de bases que assegurassem a ascensão ou a permanência dos grupos políticos no poder. Essa política caracterizava-se pela doação de terrenos com materiais para a sua construção ou até mesmo as casas construídas em forma de conjunto habitacional. É oportuno salientar a atuação política do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, que à época quando estava no comando do Estado, como primeiro governador eleito pelo voto direto, não só incentivou a vinda de migrantes para o Estado, como exerceu uma política baseada em ações paliativas e eletioreiras visando a consolidação de sua base política, principalmente nas áreas mais afastadas do centro da cidade.

As ações do poder público possibilitaram o crescimento e a expansão do referido Bairro e alguns anos depois, mais precisamente nos primeiros anos da década de 1990, quando surgiram outros bairros como Pintolândia, Silvio Botelho, Senador Hélio Campos. Nesse processo dinâmico ocorre as mutações do tecido urbano de Bo Vista fazendo com que a cidade e seus bairros desenvolvessem-se a partir de peculiaridades que os diferenciavam entre si.

No que concerne o papel econômico do Bairro para a cidade de Boa Vista, existem algumas avenidas que destacam-se pela oferta de bens e serviços públicos e particulares. A maior delas é a Avenida Ataíde Teive que possui o maior número de lojas, de vários segmentos; há também bancos, escolas e serviços especializados. Diante dessa realidade é importante salientar que desde os anos

¹ Diz respeito as classes ou grupos sociais e ao espaço que eles ocupam na sociedade. Contudo, ao se falar de espacial já se está referindo ao espaço social.

1990 o Asa Branca é um atrativo tanto para os consumidores do Bairro, quanto para os moradores dos bairros adjacentes.

CORRÊA (2013) ao diferenciar centros e centralidades, argumenta que é preciso fazer-se uma distinção entre as duas variáveis. Para o autor, a centralidade não se resume a um lugar ou área da cidade, mas a definição expressa a condição central que uma área pode exercer e representar. Nessa perspectiva, a centralidade não é propriamente concreta, embora não se possa vê-la, percorrê-la, mas ela pode ser sentida, percebida e representada socialmente.

Dessa maneira, o Bairro Asa Branca no conjunto dessas definições, é percebido como uma centralidade em relação a outros bairros da capital, estando justificado pela rede de serviços diversificados, bem como o maior número atividades comerciais e de serviços. Pode-se afirmar que a cidade possui múltiplas áreas centrais, entretanto, as mesmas não têm a mesma representatividade ou significado.

Sobre essas denominações, Corrêa (2013, p. 73), destaca:

A multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços revela-se através de nova espacialização urbana, permitindo-nos identificar o conceito de centro prevalentemente à dimensão espacial da realidade[...] Essa definição não pode, no entanto, ser analisada apenas no plano da localização das atividades comerciais e de serviços, mas deve ser estudada a partir das relações entre essa localização e os fluxos que ela gera e que a sustentam.

A partir dessa reflexão apreende-se que os fluxos permitem a compreensão de centralidade, pois, através da articulação, circulação intra e interurbana que ela se revela.

Desse modo, não há centro sem que mostre sua centralidade, assim como essa centralidade se expressa por meio de uma concentração estruturada. Se o centro é revelado pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território, onde é possível relacionar a compreensão da centralidade, no plano conceitual, numa dimensão temporal da realidade (CORRÊA, 2013).

O caso específico do bairro Asa Branca, diferencia-se dos demais pelo conjunto mais completo de bens e serviços que ele oferece e, portanto, tem uma

centralidade específica e peculiar em relação aos outros subcentros da capital Boa Vista.

Em entrevista realizada com alguns comerciantes e empresários do Bairro, foi possível comprovar que, mesmo com a crise econômica na atualidade, o comércio em geral no Bairro continua movimentando a economia, embora alguns comerciantes tenham fechado as portas nos anos de 2015 e 2016. Para o Sr. José Lopes Santana, natural da Bahia e proprietário da Baiano confecções, localizada na Avenida Gal. Ataíde Teive, a crise econômica local é consequência de uma crise maior pela qual atravessa o país, entretanto, precisa-se ter esperança e confiar que esse mal momento vai passar, mas ele não nega que diante das dificuldades enfrentadas sentiu vontade de vender tudo e voltar para o seu lugar de origem.

Para Singer :

uma das características da economia capitalista é que as vantagens da aglomeração, embora causadas fundamentalmente pelas empresas privadas, acabam tendo seus custos socializados, já que a solução dos problemas assim suscitados cabe ao poder público que financia as obras com fundos tributários arrecadados de toda a população. (1978, p.125).

Nesse sentido, cabe salientar que a maioria dos entrevistados reclamou da alta carga tributária, além de despesas trabalhistas- o que obrigou muitos empresários a reduzirem o número de funcionários nos estabelecimentos- um fato novo para todos eles que há anos estão no ramo e nunca ficaram sem contratar principalmente no período de festas natalinas e ano novo. Ainda nesta análise, percebe-se que o bairro cresceu demograficamente, aumentou-se a arrecadação de impostos por parte do poder público, todavia, alguns problemas tais como: alagamento de ruas no período chuvoso, saneamento básico, falta de um posto policial para dar mais segurança aos moradores do Bairro, persistem até os dias atuais.

Os subcentros, sejam eles grandes ou pequenos tem por finalidade atender, de imediato, as necessidades da população do seu entorno. Isso porque uma de suas principais características é a composição de comércios e diversificados serviços que aproximam do Bairro, os moradores de bairros mais próximos, onde os

mesmos utilizam os serviços oferecidos, além de consumir e movimentar a economia local.

O Sr. José Luiz Aguiar de Albuquerque, proprietário da loja Visual Bolsas, está no Bairro há dez anos, ele que é natural do estado do Ceará. O empresário ressalta que teve que dispensar funcionários por conta do baixo movimento nas vendas e que não está fácil manter as contas pagas em dia, sobre isso ele diz: “o nosso movimento caiu 60% nas vendas, infelizmente estamos numa crise profunda e a culpa maior é dos políticos que se envolveram em corrupção”. Contudo, o empresário acredita que essa má fase irá passar e que o Bairro Asa Branca continua sendo um importante local para investimento comercial, uma vez que o mesmo possui uma boa localização que atrai consumidores de outros bairros.

Quando perguntada sobre as contribuições que o estabelecimento Lojão São Francisco proporcionava para o Bairro Asa Branca, a senhora Raimunda da Conceição- que é gerente da loja- respondeu: “nossa maior contribuição com a economia através do nosso negócio é a contratação da mão-de-obra para trabalhar na empresa, tendo em vista que os funcionários da empresa são todos moradores do Bairro”. Cabe ressaltar que os comércios e empresas visitadas confirmaram que a maioria dos funcionários reside no próprio Bairro, o que facilita tanto para o empregado quanto para os patrões.

O Srº Peterson de Souza Pereira, proprietário da empresa P.P. Peças há mais de trinta anos na avenida Armando Nogueira, relatou que, quando ainda criança, lembra quando o pai montou a pequena oficina de bicicletas que também vendia peças. Segundo o empresário, à época o pai ficou desempregado e percebeu que as pessoas utilizavam muito a bicicleta como meio de transporte no Bairro Asa Branca, para ir ao trabalho, e por isso resolveu investir o dinheiro no negócio e deu certo.

Ao ser perguntado sobre os reflexos da crise econômica no Bairro e as projeções negativas na empresa, ele ressalta: “para nós não afetou, ao contrário, muitas pessoas passaram a utilizar mais a bicicleta e com isso houve uma maior demanda na procura pelo nosso produto”.

Já para Bruno Lobão, gerente da empresa Manaus Equipamentos, localizada na avenida Ataíde Teive e funciona há quatro anos no Bairro Asa Branca, tendo a sua matriz na cidade de Manaus-AM. Um dos maiores entraves enfrentados hoje para investimento no Bairro, são custos com aluguel, considerado alto por estar em uma avenida principal, funcionários, além de despesas de praxis como luz, água. Segundo Bruno, o movimento caiu bastante, se comparado com os dois últimos anos.

Ainda de acordo com o gerente, o volume de encomendas caiu 50% o que obrigou a empresa fazer redução no quadro de funcionário. Apesar disso, todos trabalham com a perspectiva de que as vendas irão melhorar. A análise de SANTOS (2008) em torno do funcionamento dos dois circuitos, estabelece que o segundo circuito é formado pelos verdadeiros produtores e consumidores da cidade. Em síntese, os salários dos agentes do segundo circuito são dependentes, em parte, da classe privilegiada na cidade.

Ressalta-se que ao aglomerar serviços e comércio os subcentros atraem serviços urbanos, que por sua vez tem a função de atrair empreendedores interessados em investimentos.

2 A EXPANSÃO DO TECIDO URBANO DA CIDADE DE BOA VISTA-RR, A PARTIR DOS ANOS 1990: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.

Neste capítulo, será analisado o processo de crescimento e expansão do tecido urbano da cidade de Boa Vista, no período pós-década de 1980, observando a conjuntura política, econômica e social e as possíveis influências desses fatores na alteração morfológica da cidade, considerando as causas e consequências desse processo e a relação direta entre o desenvolvimento da cidade com os seus bairros.

2.1 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO URBANO

Podemos considerar amplo e abrangente o conceito de desenvolvimento urbano, pois é nele que pode-se analisar os aspectos social, econômico e político. O desenvolvimento urbano é fruto de um complexo processo que ultrapassa os níveis demográficos e de extensão física, que caracteriza um país, cidade ou bairro. Embora haja semelhança entre os fatores determinantes do desenvolvimento urbano, todavia, trata-se de um contexto mais amplo.

Ao tratar do desenvolvimento de uma cidade, por exemplo, costuma-se evidenciar o crescimento, expansão, modernização do espaço com diversificação dos serviços como o de transporte, embelezamento de áreas que atraem e estimulam as pessoas a procurarem esses espaços urbanos.

Contudo, Souza (2011, p. 95) adverte que não pode-se esquecer duas importantes variáveis: “os custos sociais e ambientais, de tais progressos, via de regra muito seletivos, social e espacialmente; e o contexto mais amplo (regional, nacional e internacional) de tais melhoramentos, os quais normalmente significam que está em curso dependendo do país”.

Em outras palavras, quando consideramos o desenvolvimento estritamente econômico (crescimento mais modernização tecnológica), o preço da modernização e o progresso decorrente desse processo traz em seu bojo muitas contradições. Nesse contexto, SOUZA (2011) infere que o desenvolvimento que importa não é o meramente econômico, mas sim o sócio e espacial, ou seja, trata-se de um enfoque social mais abrangente que considera os interesses legítimos da sociedade.

Ainda a este respeito, do poder econômico e a relação com a melhoria dos indicadores sociais, nesse aspecto Souza (2011, p. 97) ressalta que “é preciso reconhecer que também o sistema político, os valores e padrões culturais e, deve-se

acrescentar, a organização espacial, que devem ser adequadamente considerados”. O mesmo autor acredita que é preciso vencer a impostura hegemônica que costuma atribuir ao desenvolvimento econômico uma importância intrínseca, ao invés de um simples meio de promoção de qualidade de vida.

Nesse raciocínio, FURTADO (1988) considera o desenvolvimento urbano como um processo global, no qual o seu sentido tem sido referenciado na história contemporânea em dois sentidos distintos: o primeiro refere-se ao sistema social de produção, que se mostra mais eficaz à medida que a acumulação e progresso das técnicas, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho; o segundo sentido diz respeito ao conceito de desenvolvimento e a relação com o grau de satisfação das necessidades humanas, nesse caso, segundo o autor, a ambiguidade aumenta.

Diante dessas considerações acima levantadas, FURTADO (1988) enfatiza que a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não deve estar dissociada da sua estrutura social e a formulação e implantação de uma política de desenvolvimento não são possíveis sem preparação ideológica.

Dessa maneira, apreende-se que a aspiração de um grupo social torna-se ambígua, à medida que determinado grupo social contrapõe os interesses de outro, fazendo-se assim parte de um discurso ideológico.

Por essa lógica Souza (2011, p. 99) interpreta o espaço social como “um produto das relações sociais, e um condicionador dessas mesmas reações”. Entretanto, SOUZA(2011) ainda argumenta que não é só o espaço em seu sentido material que condiciona relações sociais, mas sobretudo, leva-se em consideração as relações de poder, os valores culturais no espaço vivido e sentido com significado para os que vivem e convivem no espaço.

Destarte, Souza (2011, p. 100) entende como desenvolvimento “um processo de mudança para melhor, um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número de pessoas”.

O acelerado e intenso crescimento urbano constituem-se em uma característica dos países com economias mais desenvolvidas. Tal ocorrência acontece de forma generalizada e suas implicações são muito amplas.

David Clark (1991) ao discorrer sobre o crescimento das cidades considera que a expansão das grandes cidades e de suas crescentes áreas de influência iniciaram uma mudança que passou de lugares e padrões de vidas

predominantemente rurais para urbanos, afetando assim a maioria dos países nos últimos anos. Deve-se considerar que desde as suas origens, os lugares urbanos, a cidade, tornou-se um atrativo de interesse muito grande por parte de pessoas que, constantemente, vislumbram um emprego, melhores expectativas e estilos de vida urbanos.

Neste sentido, a cidade tornou-se um alvo preferido por conter estímulo social, cultural e intelectual na sociedade urbana moderna. Por esse prisma, infere-se que o desenvolvimento urbano é o processo de emergência de um mundo dominado pelas cidades e pelos valores urbanos (CLARK, 1991). Contudo, o mesmo autor salienta que é preciso fazer uma distinção entre os processos de desenvolvimento urbano: crescimento urbano e urbanização.

Na visão de Clark (1991 ,p. 61) “o crescimento urbano é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentrações da população numa economia ou sociedade particular”. No que se refere ao conceito de urbanização o autor considera um processo social e não espacial que diz respeito às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades (CLARK ,1991).

Em outras palavras, a complexidade em conceituar os dois processos de desenvolvimento urbano, dar-se porque historicamente ocorreram de modo independente. De acordo com Clark, o termo “urbanização” foi amplamente usado para descrever tanto o crescimento das cidades como o impacto das cidades sobre as sociedades.

As teorias que buscam explicar o crescimento urbano, faz um esforço para identificar as forças que permitem e motivam grande número de pessoas a se concentrarem em comparativamente pequenas áreas do espaço. Destarte, pode-se considerar inúmeras variáveis que constituem-se em fatores decisivos para o deslocamento de pessoas em direção aos grandes centros, por exemplo.

No que tange às interpretações econômicas do crescimento urbano, elas combinam com os benefícios usufruídos com a reunião, produção e custos da distribuição, que podem ser obtidos pela concentração. Partindo de uma visão histórica, para compreender a gênese desse processo, analisa-se as economias primitivas, baseadas sobre trabalho de agricultura intensivo, a população arranjava-

se tipicamente em pequenas aldeias comunitárias dispersas, um padrão que proporciona o máximo acesso à terra (CLARK, 1991).

Nesse contexto é oportuno afirmar que as cidades surgiram quando o nível de produção agrícola gerou um excedente anual de alimentos. Entretanto, Singer (1978) argumenta que a produção de excedente alimentar é uma condição necessária mas não suficiente para o surgimento da cidade. Em outras palavras existe uma necessidade de instituições sociais configurando em uma relação de dominação e de exploração. Na visão deste autor, a origem da cidade se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes, a qual a precede historicamente.

Acerca do crescimento urbano CLARK (1991), considera em estágios distintos que ocorreram ao longo da história trazendo mudanças significativas. A primeira, foi a que ficou conhecida como revolução agrícola, aconteceu no Oriente Próximo e Médio, por volta do quinto milênio a.C. e está associada ao surgimento de vilas e cidades; a segunda ficou conhecida como a revolução industrial, ocorreu primeiro na Grã-Bretanha, no final do século XVIII, e levou ao crescimento da grande metrópole moderna.

Considerando esses fatores históricos, o crescimento urbano no Terceiro Mundo distingue-se pela experiência vivenciada. O surgimento das cidades no Terceiro Mundo deve ser considerado como um produto da difusão, mais do que reflexo do crescimento urbano nativo. O crescimento urbano no Terceiro Mundo está ocorrendo em países com níveis baixos de desenvolvimento econômico, e em maior velocidade, por diferentes razões, do que ocorreu no caso do Ocidente (CLARK, 1991).

2.2 TECIDO URBANO DE BOA VISTA: DISPERSÃO E DESCONTINUIDADE.

Boa Vista, enquanto parte da Amazônia Ocidental, ocupa posição privilegiada por ser a única capital a fazer fronteira com dois países. Encontra-se localizada na mesorregião Norte de Roraima.

A capital de Roraima apresenta em sua configuração sócioespacial uma característica multifacetada, considerando as diferenças de poder aquisitivo, grau de instrução escolar das classes sociais. Este perfil está associado às relações estabelecidas por esses grupos na realidade onde estão inseridos.

O processo de urbanização que ocorre na contemporaneidade tem como uma de suas características a maior aglomeração na zona urbana, em detrimento da zona rural. Roraima não foge desse contexto considerando os dados estatísticos apresentados no último censo.

O Estado de Roraima possui 451.227 habitantes, destes, 344.780 residem nas cidades, o que representa 76,41%, enquanto que 106.447 vivem no campo totalizando 23,59% (IBGE, 2010).

Conforme estudo de SILVA, ALMEIDA, ROCHA(2009) dos quinze municípios roraimenses, apenas cinco possuem uma população urbana superior à rural, sendo eles: Boa Vista, Mucajaí, Caracaraí, São João da Baliza e São Luiz do Anauá.

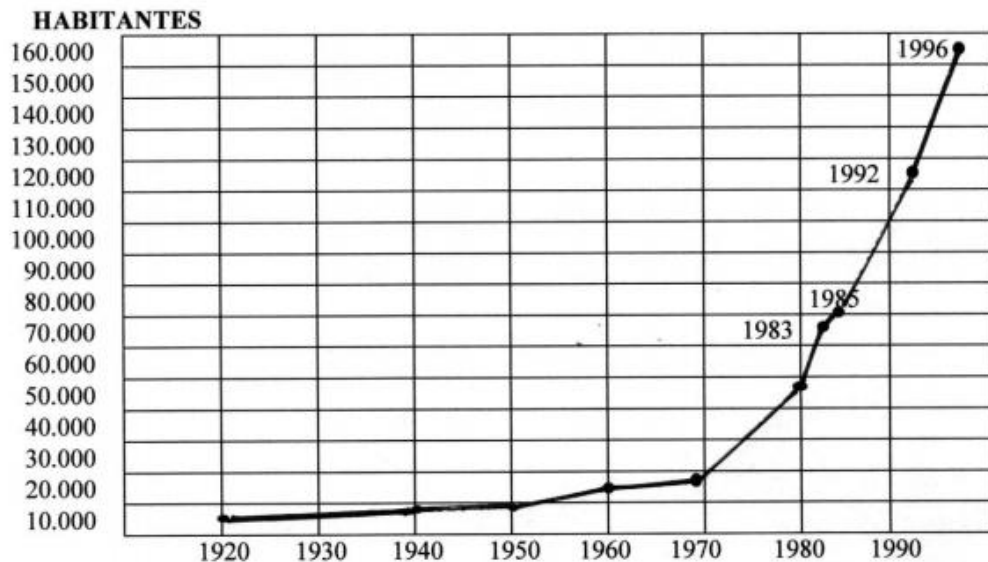
No caso específico de Boa Vista, residem no município 284.258 pessoas, sendo que destes, 277.754 moram na sede do município e, somente 6.504 estão no campo (IBGE, 2010), confirmando assim o predomínio da concentração urbana no Estado e também no Brasil.

A grande explosão demográfica, ocorrida em Roraima, nos anos 1980 e 1990, conforme atesta os dados do IBGE nos últimos censos, tem como causa diversos fatores, que muitos estudiosos e pesquisadores ressaltaram, inclusive aqui citados.

Agostinho (2000) corrobora com esta discussão considerando que as alterações demográficas sofridas pela cidade de Boa Vista, nos últimos anos, é reflexo de alguns fatores importantes: crescimento vegetativo, êxodo rural e principalmente a atração de pessoas de outros Estados, que resulta numa intensa aceleração do processo de ocupação do solo e nem sempre obedece o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município.

Para melhor apreensão dessas “causas imediatas” no contexto do crescimento urbano de Boa Vista-RR, AGOSTINHO (2000) ilustra esse processo conforme mostra o gráfico.

Gráfico 3: Evolução População Urbana de Boa Vista



Fonte: Agostinho (2000)

Fazendo uma leitura interpretativa dos dados disponíveis acerca do crescimento populacional e conseqüentemente da expansão da cidade, as variáveis que provocam o “boom demográfico” convergem para os fatores já mencionados anteriormente.

Cabe enfatizar ainda mais que a década de 1980 representou para o Estado de Roraima e para o Município de Boa Vista, uma década de grandes transformações na configuração socioespacial exigindo muito dos poderes constituídos, executivo estadual e municipal, políticas que de fato ordenassem a ocupação e uso do solo, bem como outras demandas advindas desse processo que carrega uma série de complexidades que nem sempre teve atenção e os investimentos devidos, por parte dos governos, para resolver questões que perduram até os dias atuais.

É importante mencionar ainda, neste contexto, alguns vetores que foram responsáveis pelas mudanças no Estado de Roraima e na cidade de Boa Vista: o garimpo, os projetos de assentamentos fomentados pelo governo, a vinda de muitas pessoas com qualificação profissional e formação acadêmica, para a formação do quadro de servidores públicos.

AGOSTINHO (2000) infere que a mancha urbana após ter ocupado integralmente o polígono Rio Branco, Rio Cauamé, Igarapé Caranã e Igarapé Pricumã na década de 1980, dirigiu-se com impressionante velocidade na direção Sudoeste e Oeste. Outrossim, o autor considera que o inchamento urbano gera uma

série de difíceis problemas para as administrações públicas e estadual, como os de caráter ambiental através dos impactos produzidos por atividades construtivas, demanda energética, uso de recursos hídricos e disposição inadequada de esgostos e lixo doméstico.

Para ALMEIDA, SILVA,ROCHA (2012), os processos determinantes para o formato do tecido urbano de Boa Vista, deve-se a fatores bem específicos: a atuação do Estado, dos promotores imobiliários e dos grupos sociais excluídos. Concisamente o estudo considera que a importância desses fatores para a forma do tecido urbano acontece devido à ausência de normas e legislações que teve como consequência uma contínua concentração da população em uma zona urbana.

Diante disso, cabe salientar que os Planos Diretores não foram eficientes o suficiente para realizar um planejamento efetivo e de longo prazo para a cidade.

De acordo com STAVIE (2011) O Plano Diretor aprovado em 28/11/2006 e publicado no Diário Oficial do Município em 30/11/2006, o volume migratório e o intenso processo de urbanização não foram contemplados de forma satisfatória no Plano, o que tornou a política habitacional o ponto fraco do documento.

Como consequência o processo contribuiu para o aumento na demanda por habitação e, conseqüentemente, uma acentuada disputa pelo espaço urbano de Boa Vista. A partir dessa visão crítica do Plano , conclui-se que o mesmo não significou uma estratégia socioeconômica para o desenvolvimento municipal.

Neste contexto torna-se salutar a participação popular nas discussões e decisões tomadas nos fóruns e audiências que criam os planos, diretrizes que vão nortear toda a política de habitação. Sobre isso Stavie (2011, p.72) argumenta: “historicamente, por razões distintas, a sociedade tem participado de forma muito tímida nesses espaços de discussão e deliberação comunitária”.

Para apreensão da atual conformação urbana da cidade de Boa Vista é preciso entender o processo histórico de ocupação territorial. Em resumidas ponderações Veras (2009) infere que Boa Vista possui três espaços urbanos distintos: o arruamento histórico do núcleo embrionário, às margens do rio Branco; o espaço definido no projeto urbanístico radial concêntrico de 1944; mancha urbana que é a área que perpassa os limites do projeto inicial a partir dos anos 1970 e se consolida com a expansão urbana a partir dos anos 1990.

Com o aumento da mancha urbana na cidade de Boa Vista, fica evidente algumas consequências: o impacto social sobre a qualidade de vida da população;

cinturão de pobreza ao redor da cidade, jovens expostos à situações de vulnerabilidade social, formação de grupos com menores e jovens infratores que desde cedo experimentam o submundo do crime.

Esses apontamentos traduzem a pressão das populações que estão inseridas na chamada “mancha urbana”, conforme atesta Agostinho (2000):

a pressão destas populações, muitas vezes na forma de violência social é no momento contida através de um “amortecedor social” representado pelos programas sociais do governo estadual e da Prefeitura Municipal de Boa Vista. Esta medida eficiente, mas paliativa, está gerando uma série de ações opostas à finalidade para que foi criada atuando atualmente como mecanismo de atração de mais pessoas de baixa renda provenientes de outros Estados brasileiros, colaborando cada vez mais para o inchamento deste cinturão de pobreza (AGOSTINHO, 2000, p. 214).

Em outras palavras, os programas sociais e outras ações promovidas pelo poder público são ineficazes para sanar o problema em sua origem, causando um efeito paradoxal ao que se pretende.

Para Stavie (2011), a incorporação de novas áreas mediante o surgimento desordenado de loteamentos correspondendo alguns interesses de grupos políticos que se beneficiaram com o assentamento de migrantes nesses loteamentos urbanos.

Desse modo, Stavie (2011) ressalta que os anos de 1990 reproduziram a expansão urbana ocorrida na década anterior, num ritmo mais intenso. Conseqüentemente, o aumento da migração interestadual, ocasionada pela desativação dos garimpos e da falência dos assentamentos agrícolas.

Contudo, observa-se que as duas décadas que antecederam a criação do Estado as políticas públicas não estavam voltadas como prioridade para a cidade. Tal afirmação se confirma nos estudos de VERAS (2009) que diz que no período as políticas públicas estavam orientadas pelo governo para o território como um todo. Esse fato sofreu alteração em 1988, com a criação do Estado de Roraima.

2.3 A AÇÃO DOS ATORES E AGENTES SOCIAIS NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO BAIRRO ASA BRANCA.

Considera-se que o processo de produção do espaço decorre das ações de agentes sociais, os quais possuem papéis definidos, cada um com interesses e

práticas distintas, podendo ocorrer, em determinado momento, uma convergência comum dessas práticas e interesses. Sobre este conceito Corrêa (2011, p.43) considera que “a produção do espaço é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos”.

Dentre as tipologias classificatória de agentes estão : os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2011).

O Bairro Asa Branca, insere-se nesse contexto, pela importância que tem na cidade de Boa Vista, cuja a localização comercial e residencial é considerada estratégica para os consumidores do Bairro e de outros adjacentes.

Para melhor compreender como se intronizou o processo que fez do Bairro uma referência comercial na capital, foram feitas visitas e entrevistas com os agentes e atores produtores e reprodutores do espaço. Cabe informar, que as entrevistas foram com perguntas abertas, com o intuito de deixar os entrevistados mais livres para falarem o que pensam e sugerem para o Bairro.

Foram feitas visitas às empresas de diversos ramos e segmentos: varejistas, Industrial, Comercial, Eletrodomésticos, Eletroeletrônicos, Farmácia, Centro de Saúde, Associação de Moradores.

2.3.1 O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ASA BRANCA

A associação de moradores do Bairro Asa Branca acompanha a história do Bairro. Fundada em 04/04/1986, conforme a documentação apresentada, o primeiro presidente foi o Sr. Eurípedes Pereira do Santos. Nos primeiros anos de fundação, a Associação de Moradores funcionava na avenida Mestre Albano, hoje ela está localizada na rua Lindolfo Bernardo Coutinho, nº 280.

A atual presidente da Associação de Moradores é a Sr^a Domícia Plácida de Sena, natural do Amazonas, chegou com a família em 1986 para morar no Bairro Asa Branca. As associações de Moradores presentes nos bairros constituem-se um indispensável instrumento de reivindicações e implantação de políticas públicas para os bairros e seus moradores. Sobre a função e atuação da Associação do Asa Branca a Sr^a Domícia relembra:

Logo que a Associação foi fundada, tínhamos muitos associados, fazíamos reuniões com moradores tomando decisões e deliberações importantíssimas para o Bairro. Solicitávamos atendimento com o prefeito e até com o governador, para obter melhorias para o nosso Bairro e, em alguns casos, tínhamos nossas reivindicações atendidas de imediato (entrevista concedida dia 08/02/17).

Segundo dona Domícia Plácida a Associação de Moradores enfrenta diversas dificuldades para manter o seu funcionamento, dentre essas dificuldades está a falta de associados. Para dona Domícia, as pessoas hoje não veem importância da Associação para o Bairro e não querem associarem-se para não contribuir mensalmente com a entidade representativa. Outro fator que ela cita é a falta de apoio e incentivo do poder público, nesse sentido ela comenta: “quando o Ottomar estava na prefeitura ou no governo, cada presidente e membros da presidência das Associações, tinham um salário fixo e não faltava nada em nossa Associação”.

A falta de associados e a descredibilidade na Associação reflete os problemas atuais vividos pela Associação. A presidente apresentou contas de energia que estavam em atraso o que obrigou ela fazer acordo, em nome de pessoa física, junto à empresa fornecedora de energia para não ocorrer a suspensão de energia no local.

Constatou-se que na Associação atualmente são oferecidos alguns serviços como corte de cabelo, manicure e pedicure, crochê, com preços bem acessíveis aos moradores. O serviço prestado é feito por voluntários, informou a presidente.

Segundo a presidente, é com o pouco dinheiro que entra no caixa – mesmo sendo insuficiente- que são pagas as despesas com água e luz, sem nenhum outro recurso disponível, a Associação de Moradores tenta manter-se às custas do esforço e persistência de quem se dispõe a ajudar.

Figura 7 – Sede da associação de moradores do bairro Asa Branca.



Foto: Próprio Autor (2017).

Contudo, entende-se que todas as formas de organização pública com interesses em comum visando políticas públicas para o bem-estar da coletividade é indispensável para o desenvolvimento de qualquer entidade ou associação representativa.

Entretanto, o problema surge quando os interesses coletivos perdem espaço e a força para os individuais, ou seja, usar determinada função para autopromoção ou para dá apoio político a terceiros. Alguns dos entrevistados não concordam com a Associação de Moradores atrelada a grupos políticos. Para eles isso impede a autonomia e independência de decisões tomadas pela Associação.

2.3.2 COMÉRCIO E REDE SERVIÇOS DO BAIRRO ASA BRANCA

O mundo do trabalho na contemporaneidade está bastante exigente e competitivo, pois para enfrentá-lo é necessário uma qualificação a altura do que exige o mercado. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), está presente no Bairro Asa Branca desde abril de 1997. A empresa tem por missão “formar profissionais e prover soluções tecnológicas para tornar a indústria competitiva e inovadora (PORTAL SENAI).

A gerente de Educação Profissional Jamili Rafaella Vasconcelos informa que o SENAI oferece cursos em 12 áreas distintas, voltados para os jovens e adultos

que desejam qualificar-se ou ingressar no mercado de trabalho. São ofertados cursos nas áreas: confecção de vestuária, automotiva, mecânica, eletroeletrônica, informática, refrigeração, telecomunicações e outras.

Quando perguntada sobre a contribuição da empresa para o Bairro, Vasconcelos evidencia a mão-de-obra formada pelo SENAI, proporcionando ao aluno um emprego com carteira assinada ou o empreendimento do próprio negócio. Conforme a gerente, a construção da sede no Bairro deve-se a importância e o crescimento do Asa Branca, pois o mesmo está bem localizado e possui uma rede completa de serviços.

Figura 8 – Imagem da frente do prédio do SENAI na Av. Nossa Senhora de Nazaré Asa Branca.



Fonte: Próprio Autor (2017).

Neste sentido, é decisiva a atuação dos agentes sociais para produzir espaço e ao mesmo tempo ajudar na descentralização de serviços especializados. Segundo Corrêa (2011, p. 47), a atuação desses agentes contribui para “alterar a funcionalidade dos centros de rede urbana, seja pela criação espacialmente seletiva de especializações produtivas, seja pela redução de sua capacidade produtiva, criando economias de aglomeração e crescimento urbano”.

A sede principal da empresa em Boa Vista é a do Bairro Asa Branca, que atende tanto a demanda interna do Bairro e de outros bairros da capital. Por ser a única sede no Estado, o SENAI do Asa Branca leva cursos e palestras para outros

municípios de Roraima, através de carretas móveis que são adequadas e equipadas para atender com os cursos solicitados.

No que diz respeito à demanda, faixa etária, perspectivas e oportunidades de trabalho para os alunos, Jamili Vasconcelos comenta:

Nós atendemos jovens a partir dos 14 anos, por meio do programa Jovem Aprendiz e adultos de diferentes faixa etária. Quando o aluno termina o seu curso ele é cadastrado em um banco de dados do SENAI que fica à disposição das empresas interessadas em contratar. Com isso, o SENAI cumpre sua função social ajudando na qualificação de mão-de-obra para o mercado e profissionalização de muitas pessoas (entrevista concedida dia 10/02/17).

Diante do exposto, concorda-se com CORRÊA (2011) ao explicar que o entendimento da produção do espaço, restrito ao plano econômico, deve ser superado por meio de uma compreensão da sociedade em movimento mais amplo, no qual engloba e supera o mundo do trabalho e de circulação de mercadorias.

Nesse raciocínio, pode-se inferir que é cada vez mais desafiador para a Geografia, História e outras áreas do conhecimento pensar a cidade em sua perspectiva espacial, de modo que o conhecimento produzido contemple em sua totalidade a prática sócioespacial com muitas possibilidades para a vida cotidiana na cidade.

Outro agente social que tem uma filial no Bairro Asa Branca é o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), este tem como missão “educar para o trabalho no setor de comércio de bens, serviço e turismo” (PORTAL SENAC). A partir dos objetivos propostos, o SENAC atua no Bairro desde 2009 e já atendeu em média 600 pessoas considerando a rotatividade de alunos e incluindo alunos de outros Bairros como Pintolândia, Tancredo Neves, Jóquei Clube, Cambará.

Figura 9: Frente do prédio do Senac-RR



Fonte: Próprio Autor (2017).

Conforme explicou a funcionária da empresa, Jacira Bezerra Silva, o SENAC oferta cursos de informática, manicure e pedicure, limpeza de pele, barbeiro, secretariado, cabeleireiro, modelagem e rena. A matriz da empresa fica localizada no bairro São Francisco. Os valores, dependendo do curso escolhido, variam entre R\$ 150,00 e R\$ 2.220,00.

Segundo Silva, a demanda era bastante expressiva naquela unidade, quando estavam disponíveis os programas: PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), vinculado ao Governo Federal; P.S.G (Programa Senac Gratuidade) e o Programa Senac Solidário, promovido pela empresa. Todos esses programas foram extintos, com a justificativa da crise econômica e falta a de recursos.

Sobre a importância do SENAC para o Asa Branca, a funcionária destaca a centralidade do Bairro para os demais, além de gerar emprego e renda no local, haja vista que os funcionários moram no Bairro Asa Branca. Ela também vê oportunidade de crescimento econômico e social do Bairro, porém, considera uma fragilidade a segurança que às vezes tira o sossego dos moradores.

A Saúde Pública e de qualidade constitui uma das mais importantes políticas públicas, garantida na Constituição Brasileira como um dever do Estado para os seus cidadãos. Esse direito essencial e indispensável é, sem dúvida, um parâmetro para avaliar o nível e a qualidade de vida de uma cidade, Estado ou país. O Bairro

Asa Branca possui um Centro de Saúde que teve sua inauguração em Fevereiro de 1990, na gestão de Barac Bento, à época prefeito municipal de Boa Vista e tinha como Secretário Municipal de Saúde o Sr. Lúcio Távora.

O diretor do Centro de Saúde Asa Branca, Sr. Rondinaldo Silva dos Santos, informou que atualmente o Centro atende a população do Bairro e, dentro das possibilidades, pacientes de outros bairros, com uma equipe de 41 servidores, sendo 04 médicos e 04 enfermeiros que atendem no Centro de Saúde e também nas casas dos pacientes. Ao falar das especialidades oferecidas ele destaca: “aqui nós temos Psicólogo, Assistente Social, Odontólogo, preventivo e também oferece vacinas”.

De acordo com Santos, o Centro de Saúde consegue atender a demanda do Bairro e às vezes ainda atende pacientes dos bairros Jóquei Clube e Olímpico. Sobre o abastecimento do Centro com medicamentos, o diretor informou que nem sempre está cem por cento, contudo, não fica desabastecido. Cabe salientar, que uma das queixas e apelo de quem é usuário do Centro é justamente a falta de medicamento, considerado básico que os médicos prescrevem.

Acerca da contribuição do Centro de Saúde para o Asa Branca, Rondinaldo Silva dos Santos ressalta: “o posto médico é a porta de entrada no cuidado e prevenção de doenças dos moradores”.

Uma das situações mencionadas pelo diretor do Centro é a gravidez na adolescência uma realidade que não é exclusiva do Bairro, entretanto, quando aparece esses casos, logo são feitos procedimentos de praxe: atendimento com médico, psicólogo e dependendo das circunstâncias da gravidez, o caso é comunicado ao Conselho Tutelar.

Nesse sentido o diretor acrescenta: “muitas vezes trata-se de uma tentativa planejada ou uma gestação indesejada e nós atendemos e também damos suporte no que estiver ao nosso alcance”.

Figura 10: Imagem do centro de Saúde Asa Branca.



Fonte: Próprio Autor.

Um problema social, carente da efetivação de políticas públicas, diz respeito à presença de adolescentes e jovens em praças traficando e consumindo drogas. Próximo ao Centro de Saúde Asa Branca está localizada uma das praças do Bairro, segundo alguns moradores, o local, principalmente à noite, se torna perigoso pelo número de jovens que utilizam a praça para consumir bebidas alcóolicas e outras drogas, além de brigas entre esses jovens.

Cabe informar que na referida praça do Asa Branca consta uma placa indicando um programa social, porém, segundo informações de quem mora próximo, há dias não acontece nada do programa social da Prefeitura Municipal de Boa Vista.

O Bairro Asa Branca conta ainda com 06 escolas, sendo 03 da rede estadual e 03 municipal, duas agências bancárias e uma loteria disponíveis para pagamento de tributos e outros serviços. Contudo, uma das principais e antiga reivindicação dos moradores ainda não foi atendida, um posto de policiamento ostensivo para levar segurança aos que moram no Bairro e transeuntes.

Ressalta-se que no processo de apropriação do espaço, o homem assume posição central enquanto sujeito no processo de produção do espaço. Na concepção de Carlos (2011, p.69) “o espaço se produz , produzindo os conflitos latentes de uma sociedade fundada na desigualdade”. Portanto, a relação dessa sociedade hierarquizada, com a natureza torna-se geradora de outras relações como : sociais, políticas, ideológicas.

A pesquisa também escutou a Analista do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas empresas (SEBRAE), que está no Bairro Asa Branca há quatro anos, com filial localizada na avenida General Ataíde Teive. Segundo a Analista da empresa, Sr^a Kátia Rodrigues, o SEBRAE escolheu o Bairro Asa Branca devido a

perspectiva de uma boa demanda, da rede de serviços oferecidos e a boa localização para atender pessoas de outros bairros distantes do centro da cidade.

Destarte, a analista destaca: “o SEBRAE contribui diretamente para o desenvolvimento do Bairro Asa Branca, por meio de cursos, palestras e capacitações para quem quer empreender ou já tem um negócio mas não está formalizado com o MEI (Microempreendedor Individual)”. O SEBRAE que tem por missão “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia do Estado de Roraima”. A analista destaca que o SEBRAE atende mensalmente em torno de cem pessoas na sede do Bairro Asa Branca, dessas muitas desistem do próprio negócio não prosseguem com os cursos e palestras que a empresa oferece.

A analista informou ainda que antes de qualquer pessoa formalizar-se no MEI, por exemplo, tem que participar das palestras que esclarecem o passo a passo dos procedimentos que o Microempreendedor individual faz.

Um fato curioso destacado pela analista do SEBRAE é que a maioria dos atendimentos não são do Bairro Asa Branca, mas de outros bairros como Silvio Leite, Pintolândia e Equatorial. Ela destaca ainda que o microempreendedor individual é legalizado de forma gratuita, objetiva e rápida. O microempreendedor pagará apenas uma guia mensal, que reunirá tributos federais, estaduais e municipais. Dentre as vantagens oferecidas nessa modalidade empreendedora é a redução de custo para contratação de um funcionário. Além disso, o microempreendedor individual poderá abrir conta bancária empresarial e tomar empréstimos exclusivos para empresas deste porte.

Para quem está na informalidade, trabalha como autônomo a legalização do microempreendedor garantirá “acesso aos benefícios previdenciários, como aposentadoria, auxílio-doença e salário maternidade, além de garantir segurança jurídica evitando embaraços com a fiscalização” (cartilha do microempreendedor).

Segundo Rodrigues, o cadastro no Microempreendedor individual tem algumas restrições, por exemplo, não participa funcionários públicos e aposentados. Para quem formaliza-se como MEI deve pagar 5% do salário mínimo para a Previdência Social (INSS); R\$ 5,00 para o município quando a atividade for de serviço e R\$ 1,00 para o Estado, se tiver produtos comercializados, sendo que os valores são reajustados em função do salário mínimo anualmente.

A Sr^a Kátia Rodrigues informa que houve muitas baixas nas microempresas e alguns microempreendedores não quitam esses valores, ficando inadimplentes uma vez que a dívida fica vinculada diretamente ao CPF da pessoa. Outrossim, os cursos que o SEBRAE oferece, alguns têm um custo que, dependendo do curso, varia entre R\$ 30,00 e R\$ 100.

Um fator citado por Rodrigues e enfatizado por outros empresários é o valor dos aluguéis de imóveis na avenida Ataíde Teive, por exemplo, não custa menos de R\$ 3,000,00. Por esse fato, segundo ela informa, que a empresa vai mudar para outro prédio, com menor valor, mas na mesma avenida pois, a empresa não pretende sair do Bairro. Corroborando com esta reflexão CARLOS (2011) ao considerar o Estado e também o capital como sujeitos da ação e dominação, onde o capital com suas estratégias objetiva sua reprodução continuada.

Por essa ótica, Sposito (2011, p. 134) concebe que “tem papel relevante na determinação das formas de ação e apropriação do espaço de vida de cada um: em que área da cidade mora, onde trabalha, que tempo precisa dispor para efetivá-los”.

Diante do exposto, é importante salientar que o processo de ocupação, uso, produção e reprodução do solo e da vida cotidiana no Bairro Asa Branca está pautado em nuances que ora se interligam, ora são contraditórias, considerando que nesse processo de aquisição, acumulação de bens serviços, gerador de crescimento e riquezas econômicas não consegue resolver a questão da desigualdade social.

Figura 11: Imagem da frente do prédio do SEBRAE no Bairro Asa Branca – Av. Ataíde Teive.



Fonte: Próprio Autor (2017)

3 OS PROBLEMAS SÓCIOAMBIENTAIS DO BAIRRO ASA BRANCA E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Conforme supracitado, o Bairro Asa Branca na cidade de Boa Vista-RR, é uma referência comercial que ajuda a caracterizar a evolução do tecido urbano da cidade, principalmente do setor Oeste. Diante do processo de crescimento e expansão territorial e sócioespacial dos bairros o poder público tem pensado e implantado algumas políticas públicas, visando a ampliação e estruturação dos novos núcleos urbanos.

Neste capítulo será analisada as principais políticas públicas voltadas para o Bairro, a participação da população moradora na efetivação das melhorias para o local, bem como as fragilidades sociais apresentadas naquela realidade. Outra reflexão feita refere-se a interferência ambiental no Igarapé Pricumã que atravessa o Bairro Asa Branca. Como os moradores mais antigos se relacionavam com o meio e quais as mudanças e os impactos atuais vividos e sentidos por eles. Para tanto, contou-se com a entrevista junto aos atores sociais, para melhor apreender a realidade do Bairro.

3.1 A PERCEPÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO NO BAIRRO ASA BRANCA. A EXPERIÊNCIA VIVIDA PELOS ATORES SOCIAIS.

O poder público como um dos principais agentes da produção e (re) produção do espaço possui um papel central na implantação de políticas públicas que estruturam, vitalizam e, até modificam a paisagem, reestruturando o espaço físico e também interferindo diretamente nas questões econômicas sociais e políticas.

Nesse sentido Corrêa (2011, p. 45) acrescenta que o “Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam”.

Convém mencionar as políticas públicas promovidas pelos governos. Na concepção de Lefebvre (1991, p. 23-25), tais políticas públicas estão classificadas em quatro modelos urbanísticos: a) O Urbanismo dos Homens de boa vontade, que privilegiava a estética urbana com mera função de embelezamento, em conjunto

com as ações sanitárias; b) Urbanismo dos administradores, que tinha como base a administração científica e buscava a funcionalidade por meio de padrões setorizados e zoneamentos das cidades considerando aspectos como o trabalho, poderes políticos e status econômico da população; c) Urbanismo dos Promotores de Vendas, que utiliza o próprio urbanismo como uma mercadoria a ser consumida; d) uso dos espaços como valor de troca e reordenamentos a partir do poder aquisitivo dos agentes sociais.

No caso específico do Bairro Asa Branca a produção do espaço é resultado de muitos desdobramentos que foram permeados por interesses de grupos políticos que além de visar a captação de votos induziram outras pessoas a ocupar outras áreas e conseqüentemente contribuíram para o crescimento do tecido urbano da cidade de Boa Vista.

Diante da realidade mencionada acima, pode-se afirmar que o bairro Asa Branca é também produto de interesses políticos que buscavam promover o desenvolvimento de Boa Vista, sem pensar num planejamento e ordenamento da cidade.

Neste contexto, é salutar mencionar o Plano Diretor de 1991, enquanto uma política pública que visava ordenar a cidade de Boa Vista, ou seja, promovia o desenvolvimento urbano, zoneamento, uso e ocupação do solo entre outras providências.

Entretanto, Veras (2009) destaca que a população não foi consultada pelo poder público no processo de elaboração do plano diretor, que possibilitaria discutir e direcionar ações no Plano a partir das reais necessidades dos moradores dos bairros da Cidade de Boa Vista.

O discurso vigente por parte da classe política local, conforme assegura Veras, dizia que era necessário ocupar para depois estruturar. Em parte essa lógica explica a distribuição de lotes, a construção de casa em áreas destinadas à preservação ambiental e conseqüentemente o crescimento acelerado e desordenado da cidade.

Neste contexto, Batista destaca:

ao assumir a Prefeitura Municipal de Boa Vista, Barac Bento, vê-se diante de um desafio, pois a cidade não possuía planejamento urbano, fato claramente percebido pela sua expansão fragmentada, desordenada e sem respeito ao meio ambiente (BATISTA, 2013,p. 81).”

Diante dessa complexidade que envolve o meio urbano boavistense e a formação dos seus bairros, estudamos a formação, expansão e desenvolvimento do Bairro Asa Branca, com ênfase nas narrativas de moradores e comerciantes que lá se estabeleceram no início da década de 1980.

Neste sentido, infere-se que a história oral permite o registro e o acesso a “histórias dentro da História” (ALBERTI, 2005) possibilitando assim a interpretação do passado.

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea desde meados do século XX. Para Alberti (2005, p. 56) “a estratégia de ouvir atores ou testemunhas de determinados acontecimentos ou conjunturas para melhor compreendê-los não é novidade”.

Corroborar com essa interpretação Thompson (1992) ao salientar que a tendência de defender e usar a história oral como apenas mais uma fonte histórica para descobrir o que realmente aconteceu, levou a algumas distorções quanto a outros aspectos e valores do depoimento oral, não percebendo como o processo de lembrar poderia ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual.

Entretanto, o mesmo autor adverte para os cuidados e as considerações que deve ter com relação a considerar as razões que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira, ou seja, alguns historiadores ainda não se deram conta de que “as distorções da memória podia ser um recurso, além de um problema”.

Enfim, mesmo enfrentando desconfiças com as fontes não escritas, Alberti (2005, p. 163) coloca que as convicções sobre o que seria próprio da história sofreram modificações a partir da década de 1980: temas contemporâneos foram incorporados à História chegando a estabelecer um novo campo, que recebeu a denominação de História do Tempo Presente.

No campo da história da memória é inegável a possibilidade de informações interessantes por meio da oralidade. Alberti (2005) enfatiza que hoje é generalizada

a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e de que a própria subjetividade pode se consituir em objeto de pensamento científico.

Thompson (1992, p. 197) explica que toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta.

Com isso destacamos a capacidade do pesquisador em ouvir e assimilar, de preferência de forma isenta e imparcial os fatos passados sobre os quais o seu interlocutor expõe em sua entrevista.

Com a finalidade de analisar as políticas públicas implantadas no Bairro Asa Branca e a influência no desenvolvimento e crescimento do mesmo, utilizou-se a metodologia da história oral, onde alguns atores sociais que vivenciaram o início do Bairro e convivem até os dias atuais com problemas decorrentes da ausência ou ineficácia da implantação de políticas públicas, expuseram suas experiências e como eles veem as mudanças ocorridas no Bairro ao longo dos últimos anos.

De acordo com dados do IBGE, censo de 2010, a população do Bairro Asa Branca era pouco mais de 5.000 habitantes, portanto, é inegável a sua relevância e função econômica e social conforme demonstrada ao longo do trabalho. Contudo, apesar de apresentar notória potencialidade econômica, o Bairro ainda possui muitos problemas sociais que afligem a população e precisam ser superados.

Vale lembrar, que não basta obter uma posição privilegiada do ponto de vista econômico, se por outro lado o Bairro não ocupa a melhor posição em saneamento básico, segurança e lazer. Acerca da política de investimento em saneamento e expansão de acesso à rede de água tratada no Brasil. Com base no Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos-1998, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Maricato expõe:

“...na década de 1980 e especialmente nos anos 90, houve um recuo nos investimentos em saneamento, quando o ciclo indispensável para universalizar o atendimento da população com água tratada não foi atingido e menos ainda o adequado destino do esgoto. Em 1998, 55% dos domicílios no país não tinham acesso a água potável. Destes, 11,4% eram urbanos. Ainda no universo urbano, 48,9% dos domicílios não eram atendidos pela rede de esgoto” (2011, p.40).

Diante da realidade apresentada, voltamos o olhar para o processo de ocupação, criação e desenvolvimento do Bairro Asa Branca que tem sua gênese marcada pela presença de migrantes oriundos de várias partes do país, com maior número de nordestinos que participaram ativamente da construção e evolução daquele espaço e que viram o seu progressivo crescimento e desenvolvimento.

3.2 OS PROBLEMAS SOCIAIS DO BAIRRO

Um problema social, carente da efetivação de políticas públicas, diz respeito à presença de adolescentes e jovens em praças traficando e consumindo drogas.

Figura 12: Praça do Bairro Asa Branca, Av. Manoel Felipe.



Fonte: Próprio Autor (2017).

Figuras 13: Praça localizada no bairro Asa Branca na Av. Manoel Felipe



Fonte: Próprio Autor (2017)

Além da praça o bairro também possui como área de lazer o parque aquático (mais antiga área de lazer do bairro), que mesmo com estrutura precária, ainda é um espaço onde alguns jovens e adolescentes utilizam como lazer. É importante ressaltar que o mesmo está sob a responsabilidade do Governo do Estado para a revitalização e recuperação. Conforme mostra a imagem abaixo, o parque aquático está literalmente em situação de abandono. Nele é também possível perceber a falha e carência de políticas públicas voltadas para um dos fatores promotores de cidadania: o lazer.

Figura 14: Parque Aquático do Bairro Asa Branca – área da piscina.



Figura 15: Parque Aquático - quadra sendo usada por moradores.



Fonte: Próprio Autor (2017)

O Srº Eustáquio de Oliveira, mais conhecido como “zezinho da farmácia”, destaca que acompanhou de perto a evolução do Bairro Asa Branca. Ele foi um dos primeiros comerciantes, ligado ao ramo de farmácia, a se instalar no Bairro e para ele “o Asa Branca possui uma potencialidade econômica voltada para o aumento de fluxo e, conseqüentemente, gera emprego e renda para as pessoas do Bairro”.

O Srº “Zezinho” ainda informou de um projeto que ele desenvolveu no Bairro, junto a adolescentes e jovens com a finalidade de gerar e manter mão-de-obra qualificada, uma alternativa para muitos jovens e adolescentes que almejavam oportunidade no mercado de trabalho.

Quando perguntado sobre a principal deficiência do Bairro, o Srº Zezinho não hesitou em citar a segurança, que inclusive, é uma das reivindicações mais antigas dos moradores. Comunga da mesma opinião o Srº Anderson da Silva Santos, que é roraimense e mora no Bairro há 38 anos. Santos considera que o aumento da violência e criminalidade é consequência do aumento da população e da projeção econômica que o Bairro tem na cidade. Segundo ele, isso já é suficiente para justificar a construção de um posto policial com a presença ostensiva da polícia.

A questão da falta de segurança não é exclusividade daquele Bairro, entretanto, o referido Bairro já foi considerado um dos mais perigosos da cidade de Boa Vista. De acordo com a fala de nossos entrevistados, logo nos primeiros anos o Asa Branca era muito tranquilo e não havia roubos, nem outros crimes como na atualidade.

Vale lembrar que um dos fatores que propiciou a periculosidade do Bairro foi o aumento de galeras, formadas por jovens, alguns menores de idade que reuniam-se para cometer diversos crimes, entre as ações desses grupos haviam os confrontos com outras galeras rivais.

A Prefeitura Municipal de Boa Vista através de um projeto social denominado “Projeto Crescer” conseguiu retirar muitos jovens e adolescentes que estavam envolvidos com a criminalidade, oportunizando a eles a profissionalização em diversas oficinas de aprendizagem e a chance de voltarem a estudar. A intervenção do projeto conseguiu diminuir consideravelmente o número de galeras e com isso houve um pouco mais de tranquilidade no Bairro.

Contudo, o Srº Francisco Pinheiro, natural de Santa Inês-MA, mora há 30 anos no Bairro e relata que já teve o quintal de sua casa invadido por pessoas

armadas que estavam fugindo de uma perseguição policial. Por isso, considera uma fragilidade muito grande do Bairro que já merecia um posto policial, destaca o morador.

Desse modo, é importante destacar que a violência urbana é um fator desencadeado por todo um processo de urbanização, pelo qual passou o país, onde a segregação econômica e social, presente nas periferias das grandes e médias cidades do Brasil expôs mais claramente a chaga aberta da desigualdade social.

Apesar dos moradores reconhecerem o impacto positivo do projeto social no Bairro, a segurança continua sendo uma das prioridades a ser assumida pelos gestores públicos. Considerando, que é visível a presença de muitos adolescentes e jovens nas praças, ociosos e vulneráveis para prática de diversos crimes.

Ao falar de sua experiência vivida no Bairro, o Srº Francisco Artur Lago Neto, natural de Boa Vista-RR, diz que quando chegou no Bairro não havia sequer água encanada, nem energia elétrica e ao falar das potencialidades e fragilidades do Bairro na atualidade ele destaca:

O nosso Bairro hoje está bastante evoluído, em vista do que ele foi. Porém, ainda tem duas áreas que precisam melhorar bastante: a segurança e a educação. Não adianta ter algumas escolas no Bairro e quando chega o período das matrículas, muitos pais precisam dormir na porta da escola e as vezes não consegue a vaga para o filho, eu acho isso um absurdo (entrevista concedida dia 10/02/17).

Diante da declaração do Srº Francisco Artur, fica claro que, mesmo com a implantação de algumas políticas públicas, por parte do poder público, não consegue atender toda a demanda do Bairro, ou seja, as políticas públicas não acompanharam efetivamente o crescimento do Bairro.

Dentro dessa discussão Batista (2013) destaca que o acesso a serviços está associado às características individuais e coletivas, com ênfase no econômico e no demográfico. Cabe aqui lembrar que, de acordo com os relatos dos atores sociais, alguns serviços essenciais, como rede elétrica, água encanada, escola levaram anos para se tornarem uma realidade no Bairro.

O Srº Peterson de Souza Pereira, afirma que a área com maior deficiência no Bairro é a segurança, colocando as mesmas questões apontadas pelos entrevistados anteriores. Apesar disso considera um Bairro bom para morar e com perspectiva de bons negócios para quem arrisca empreender.

Na opinião da Sr^a Kátia Rodrigues, um dos problemas enfrentados com a questão da limpeza no Bairro diz respeito à feira que acontece aos domingos, segundo ela, no término da feira, a limpeza que é feita no local não tira todo o mal-cheiro, ela ressalta que no dia seguinte, quando chega para trabalhar, ainda há sacolas com restos de alimentos ou de produtos que são comercializados e por isso causa um odor muito forte.

3.3 A QUESTÃO AMBIENTAL NO BAIRRO

Uma característica marcante do passado, no Bairro Asa Branca, é o Igarapé Pricumã que corta o Bairro e que, segundo os mais antigos moradores, era preservado com muitos buritizais e sem poluição. Com nostalgia o Sr^o Francisco Pinheiro relembra: “quando nós chegamos aqui este igarapé possuía uma água limpa que nós tomávamos banho e tinha até gente que pescava nele. Depois que canalizaram, mexeram no seu leito, tiraram os pés de buritis, a mata ciliar que ajudava a protegê-lo”.

Cabe informar que o Sr^o Francisco Pinheiro mora defronte o igarapé. Ele critica a falta de consciência de outras pessoas que despejam dejetos, jogam animais mortos dentro do igarapé, contribuindo mais ainda para a poluição que prejudica o meio ambiente, inclusive com o risco de contrair doenças devido a falta de higiene e descaso. Nesse sentido o Sr^o Anderson da Silva Santos, compartilha da mesma visão e complementa: “este nosso igarapé já proporcionou momentos de lazer no nosso Bairro, hoje os próprios moradores não ajudam a cuidar e mantê-lo limpo, é triste ver essa realidade. Aqui no período de chuva além de encher o igarapé, o mal cheiro é muito forte”. A imagem abaixo denuncia o descaso do poder público e a insatisfação dos moradores próximo a este igarapé.

Figura 16: Trecho do Igarapé Pricumã – Bairro Asa Branca.

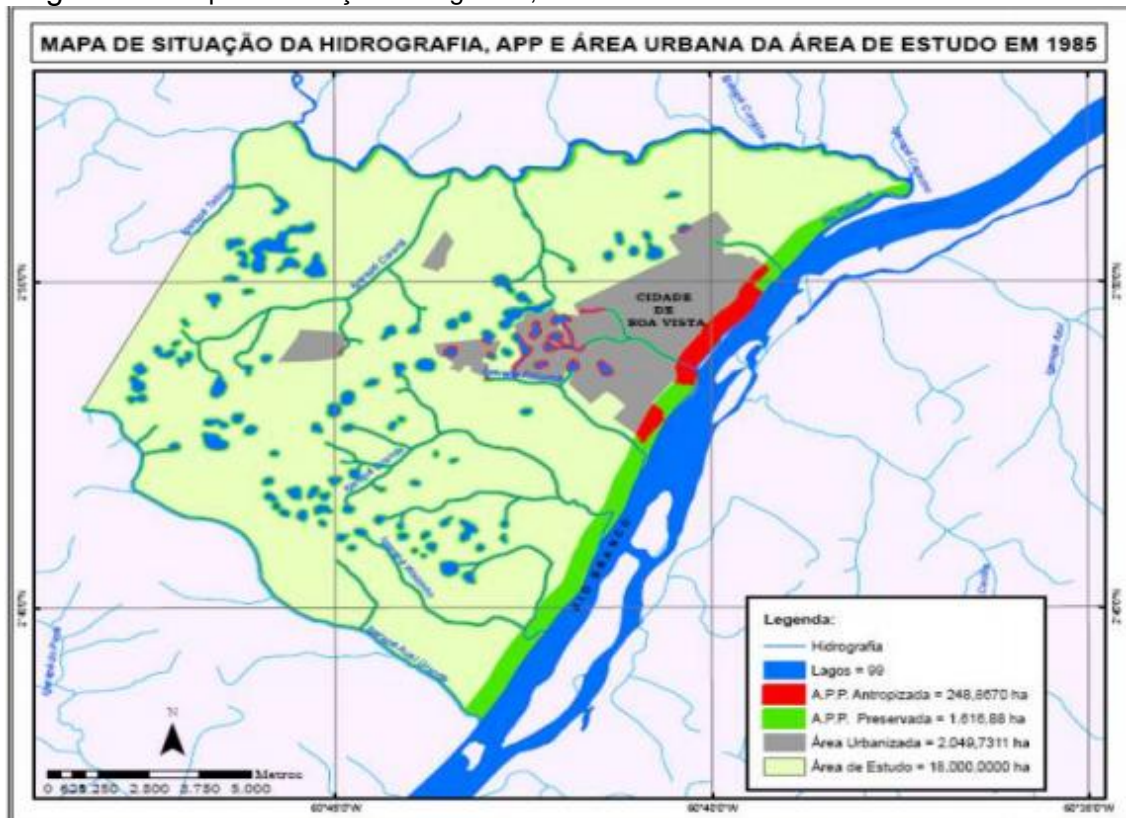


Fonte: Próprio Autor (2017).

Tais narrativas pode-se considerar como fruto da memória coletiva. A este respeito Tosh (2011, p. 292) explica que “a memória coletiva é também um espelho do presente, refletindo suas preocupações na perspectiva do tempo, o que significa que ela é – sutilmente- modificada ao longo do tempo”.

O estudo feito por Falcão, Burg, Costa (2011), acerca da Expansão Urbana de Boa Vista-RR e os Reflexos sobre os recursos hídricos, revelam que em 1985 os lagos, ainda representavam 99 no total, no entanto, houve um aumento de mais de 248 ha de ocupação urbana na área de preservação permanente. Para os autores, essa situação reflete o aumento do crescimento da cidade principalmente nos setores oeste e norte da malha urbana, conforme a figura abaixo:

Figura 17: Mapa de situação hidrográfica, APP e Área urbana de Boa Vista



Fonte: Revista Equador (2011).

No mesmo estudo, constatou-se que no ano de 2005 a ocupação intensificada ao longo das microbacias dos igarapés Grande, Paca e Pricumã levou à redução de 80, o que intensificou a ocupação das Áreas de Preservação Permanentes (APP) em mais de 476 ha (FALCÃO, BURG, COSTA, 2011).

Concernente aos períodos que compreendem entre 1985 e 2011, Falcão, Burg, Costa, consideram:

Nos períodos entre 1985 e 2011 houve um acentuado crescimento urbano, e esse processo, em curto espaço de tempo, demonstra claramente a diminuição da disponibilidade hídrica, principalmente à supressão de corpos lacustres, devido à ocupação do solo de forma desordenada, seja devido às invasões ou a implantação de políticas governamentais, que proporcionaram a redução das áreas de preservação permanente (2011, p.9).

Diante deste contexto, podemos citar o grifo de Veras (2009), em sua tese, ao comentar a recomendação de Darcy Aleixo Derenusson, para que as autoridades responsáveis pela urbanização do Estado de Roraima que fossem criar novos

municípios ,bairros tivessem muito cuidado com a rede de esgoto. Sobre isso ele enfaiza:

Em pleno século XXI, sentimos um descaso das autoridades locais, que dizem que fazem- no discurso, quando na prática acontece totalmente ao contrário, vergonhoso... sem falar na criação de municípios que são criados sem um Plano Diretor estratégico que possa facilitar a administração pública (VERAS, 2009, p.116).

Segundo informou o SrºFrancisco Pinheiro, esta obra de canalização do Igarapé custou muito caro aos cofres públicos e ainda não foi terminada, pois ainda falta cobri-lo, o que evitaria que as pessoas o poluissem.

Todos os entrevistados consideraram regular a limpeza da ruas do Bairro, bem como a coleta de lixo que é feito no local. Apesar disso, os mesmos ainda reclamam da demora da limpeza do igarapé, que muitas vezes precisam ligar e mesmo assim o pedido custa ser atendido. Entretanto, os próprios moradores reconhecem o descaso de outras pessoas para preservar o local limpo.

Batista (2013) referenciando-se em Miranda(2011) argumenta que a dinâmica das cidades revela que estas não estão preparadas para suprir e comportar todas as necessidades da população, acarretando transtornos sociais e ambientais. Tais transtornos são considerados uma consequência direta do crescimento não planejado que geram problemas de infraestrutura urbana.

3.4 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E OS IMPACTOS PROVOCADOS PELA AÇÃO DOS ATORES E AGENTES SOCIAIS: O CASO DO IGARAPÉ PRICUMÃ.

A temática preservação ambiental, uso e ocupação do solo de forma planejada é uma das mais discutidas pelos governos, entidades de proteção ambiental governamental e não governamental. Haja vista que todas as formas de agressão praticadas pelo homem ao meio em que ele vive, resulta em escassez de recursos hídricos, degradação e extinção de espécies da flora e fauna.

A globalização de fins do século XX, exerceu influência significativa sobre as diversas sociedades promovendo a interconexão não só da economia e das finanças mas também das arenas políticas nacional e internacional, a redefinição do papel do Estado, a revalorização da natureza, os financiamentos descentralizados, a

velocidade acelerada de transformação das atividades e dos territórios por efeito das redes técnicas (BECKER, 2007)

Neste contexto, Becker(2007) analisa o significado da Amazônia, como uma valorização ecológica com duas faces: a da sobrevivência humana e a do capital natural, sobretudo a megadiversidade e a água. Assim, a autora pontua que o novo valor atribuído ao potencial de recursos naturais confere à Amazônia o significado de fronteira do uso científico-tecnológico da natureza.

Enquanto espaço geográfico, territorial, Becker (2007, p.35) enfatiza que “a valorização estratégica da Amazônia decorre do novo significado por ela adquirido, de um duplo patrimônio: o de terras, propriamente dito, e a de um imenso capital natural”. Em outras palavras, o valor da terra e dos seus recursos naturais são redefinidos à medida que entra em cena o interesse do capital aliado a expropriação de muitas áreas que representam riqueza e, portanto, geram também conflitos.

Corroborando com a discussão da questão socioambiental, com foco para Roraima, Magalhães (2008) que faz uma pertinente contextualização. Na Amazônia e, por conseguinte, no Estado de Roraima, a maior repercussão socioambiental do extrativismo vegetal se traduz em desmatamento. Começa na década de 70 uma nova fase do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima, com a construção das BRs 174 e 210. A história de ocupação da região está associada à presença de diferentes tipos de atores sociais e a atividades econômicas que se sucederam no tempo, refletindo as transformações nas paisagens e as perdas significativas da cobertura vegetal. Colonos, fazendeiros e madeireiros começaram a entrar e se fixar no sul de Roraima.

O Estado de Roraima, localizado na parte setentrional da Amazônia, tem sua história marcada pelo forte e intenso fluxo migratório, consequência - em alguns casos- do chamado êxodo rural- mas sobretudo, por fatores de atração como o garimpo, as políticas de assentamentos na zona rural, as propagandas divulgadas em outros Estados, principalmente no Nordeste brasileiro, que anunciavam Roraima como uma terra de oportunidades.

Dentro desse contexto que inserimos a experiência vivida pelos atores sociais do Bairro Asa Branca que migraram para Roraima motivados, muitas vezes,

com a promessa de ganhar um pedaço de chão para morar, plantar e colher. Nesse processo, salienta-se, que Boa Vista costuma ser o local mais comum de escolha para permanência das pessoas que decidiam ficar no Estado.

Entretanto, a cidade de Boa Vista não estava adequadamente preparada para “acomodar” toda a demanda que crescia de forma espantosa, principalmente nas décadas de 1980 e 1990.

De acordo com Veras (2009) o Governo de Roraima em 1980, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação e do apoio do Ministério do Interior, fez estudos sobre a realidade urbana de Boa Vista-RR. A conclusão do estudo apontou o direcionamento das ações do governo com as obras: às áreas de esgoto sanitários, drenagem pluvial e sistema viário, considerados indispensáveis para a expansão urbana.

O igarapé Pricumã, um dos mais extensos, corta o Bairro Asa Branca e tem às suas margens muitas residências que durante o trabalho de campo e as entrevistas constatou-se que do passado ficaram as memórias de um igarapé que tinha inclusive uma função social, por não ter a praça, os moradores tinham um banho onde podiam socializarem-se e se divertirem. Para o presente, há um descontentamento entre os moradores, com a falta de sensibilização daqueles que despejam resíduos e outros poluentes no igarapé.

É importante lembrar que a preservação de recursos naturais como os lagos, igarapés e rios está prevista em legislação ambiental, entretanto, percebe-se que não houve nenhum respeito quando da expansão da cidade de Boa Vista, principalmente no setor Sudoeste e Oeste que continua a expandir o tecido urbano da cidade de Boa Vista.

Diante dessa realidade, o paradoxo existente entre o que propõe o Plano Diretor da cidade e as ações do poder público combinam com a fala dos entrevistados. Ou seja, o crescimento do Bairro não foi acompanhado das políticas públicas adequadas e satisfatória. Haja vista a carência de algumas políticas públicas em setores responsáveis pelo bem-estar e qualidade de vida da população.

No contexto ambiental de Roraima, Agostinho (2000) considera que os problemas sérios se concentram na área urbana de Boa Vista, tanto pela sua

amplitude como pelo número de pessoas que são afetadas com o lançamento de esgotos “in natura” nos igarapés e rios. O caso específico do Asa Branca, é exemplo claro da degradante situação de descuido e agressão ao meio ambiente por meio do único igarapé que passa dentro do Bairro.

Outro agravante levantado é a descaracterização das margens do Rio Branco que está tomando rumos incontroláveis na área de Boa Vista, na sua margem esquerda desde a boca do rio Cauamé até o Igarapé Pricumã. A destruição da mata ciliar, legalmente considerada de preservação permanente, para a implantação de residências de alto padrão, além de outras obras, aumenta a cada dia contando com a omissão total dos Órgãos Públicos responsáveis. (AGOSTINHO, 2000).

Figuras 18,19: Trechos do Igarapé Pricumã.

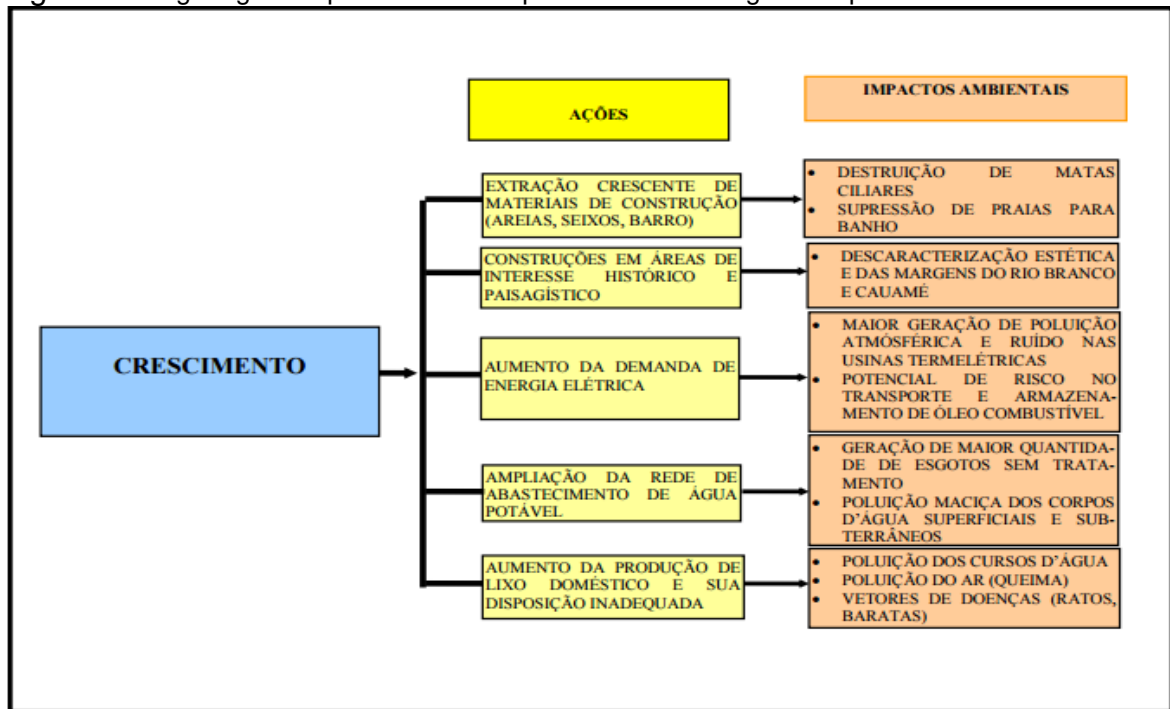


Fonte: Próprio Autor (2017)

Agostinho (2000), ainda infere, que a destruição de uma extensa região de lagos, lagoas, matas galerias e buritizais localizada na Porção Sudoeste do Município é consequência da expansão urbana desordenada de Boa Vista. Para o autor, a situação tornou-se mais crítica com a construção do Anel Viário de Boa Vista, que não obedeceu o plano ambiental prévio, que permitiu passar toda uma área ecologicamente frágil que já atraiu a urbanização nas suas margens.

O quadro ilustrativo abaixo, impactos ambientais gerados pelas ações do processo de crescimento urbano de Boa Vista demonstra bem a realidade narrada.

Figura 20: Orgonograma que mostra os impactos ambientais gerados pelo crescimento urbano



Fonte: Agostinho (2000).

Segundo Becker (2007):

Ao contrário da política das décadas anteriores, pautada em Desenvolvimento e Segurança, a política ambiental visa o desenvolvimento sustentável, fundamentando-se numa ação descentralizada e participativa para proteção da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das populações locais. Certamente, há também interesse de controle da informação sobre o saber local e o próprio território pelos parceiros nacionais e internacionais (BECHER, 2007, p. 104).

As políticas públicas contemporâneas são de interesse nacional e, portanto, configura um desafio para os governos, entidades de proteção ambiental. Tal desafio é marcado por interesses conflituosos ente os agentes responsáveis pela produção do espaço. Nesse contexto, Becker (2007, p. 127), acrescenta que “as políticas públicas expressam uma alteração no conteúdo do interesse nacional. Este é entendido como o conjunto de interesses compartilhados pela sociedade nacional em suas interações com o mundo.

Apesar de algumas política públicas alcançarem parcialmente a população do município de Boa Vista, o que se vê é a continuação do crescimento urbano desordenado, com invasões em terrenos pertencentes ao Estado ou Município,

inclusive em Área de Proteção Permanente. Veras (2009) propõe que nos espaços propostos para o crescimento da cidade, sejam feitos estudos científicos sobre o grau de impacto sócioambiental que possa advir de um assentamento dirigido pelo Município ou por especuladores imobiliários.

A este respeito o mesmo autor tece críticas ao tratamento que é dado à situação: “ausência, descaso e/ ou convivência do poder municipal frente às frequentes ocupações irregulares que vêm se processando nessas áreas. Situação que contribui diretamente para o desordenamento da cidade” (VERAS, 2009, p. 186).

Nesse contexto, um outro fator muito grave é a falta de rigor com o cumprimento das leis, atreladas à omissão do poder público no processo de ocupações irregulares, principalmente em áreas consideradas ambientalmente frágeis. Conforme assegura DIAS (2015), uma política pública voltada para a gestão dos recursos naturais, onde há uma combinação de ações e compromissos que envolvem a sociedade em geral e os poderes legalmente constituídos, pressupõe uma corajosa tomada de decisão. Dessa forma, a decisão de implantar uma política pública envolve preservação, conservação de recursos naturais, as necessidades da sociedade e das atividades econômicas e antecipação de eventos.

Ainda versando sobre a política pública ambiental, Dias (2015, p. 122) infere que “a política pública ambiental representa a grande válvula de decisões para outras políticas e direcioná-las”. Considerando a estrutura do Bairro Asa Branca na atualidade, as políticas de urbanização e mobilidade urbana, uma infraestrutura nunca imaginada por aqueles que protagonizaram a história do Bairro, a ausência de participação nas decisões de interesses do Bairro e de seus moradores ainda constituem-se em uma lacuna, onde necessita de organização consistente que vise a elaboração ou mesmo a cobrança, em conjunto, da efetivação de políticas públicas ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Roraima, com os seus quinze municípios, ocupa posição privilegiada que justifica-se por estar em uma tríplice fronteira, diferenciando-o dos demais Estados brasileiros. Ao longo de sua história, a capital Boa Vista, exerceu relevante papel nos aspectos econômicos e político-administrativo. Assim, a cidade de Boa Vista é considerada a “célula mãe” do urbano em Roraima.

A historiografia da Amazônia aborda de modo bem peculiar, dentro da formação das primeiras cidades amazônicas, o jogo de interesse e de poder que determinou o processo de estruturação de localidades como Belém e Manaus que passaram a servir de referência para o domínio da Coroa Portuguesa. Nesse contexto, Boa Vista do Rio Branco é parte

O estudo feito sobre a produção e reprodução do espaço do Bairro Asa Branca a partir dos anos 1990, possibilitou ir além do conhecimento restrito à área de localização do Bairro, considerando a complexidade na conceituação de “bairro” respeitando as distintas visões e reflexões acerca da temática abordada neste trabalho. Para tal mister, uma longa caminhada permeada por desafios, descobertas, entrelaçamento de fontes, foi essencial para realizar o debate sobre o desenvolvimento regional e urbano, a partir do estudo de caso do Bairro Asa Branca, enquanto um notável subcentro de Boa Vista.

Derivada do latim “barrium”, esta palavra é comumente usada em todo Brasil e figurou no dicionário de língua portuguesa em dois verbetes: o primeiro relativo a cada uma das partes principais em que se localiza a população de uma cidade ou vila, o segundo diz respeito a aspectos interioranos do pequeno povoado.

O processo de produção do espaço roraimense tem uma forte conexão com os aspectos políticos e econômicos, considerando os primeiros esforços dos agentes públicos em “ocupar para proteger” mediante o exercício de uma política que, dentre outras medidas, o incentivo à migração para o Território e posteriormente para o recém criado Estado de Roraima.

É importante destacar que no início do século XX, havia um isolamento de Roraima em relação ao restante do Brasil, em virtude de uma série de fatores, com ênfase para a ausência de estrada, representando um entrave para o

desenvolvimento de Roraima, ao mesmo tempo causando prejuízos devido o alto custo com transportes que eram realizados pelo rio ou pelo ar. Todavia, a partir do final da década de 1970, foi se consolidando a ligação entre Manaus e Boa Vista, pois, naquele momento havia uma positiva expectativa com relação a essa interligação entre os dois Estados, principalmente com a entrega da BR 174, via de acesso que chegou a durar dias de viagem para concluir o trajeto.

Neste contexto, infere-se que devido a estes aspectos a cidade que está na fronteira reagiria com os vários acontecimentos que estavam em curso através de circunstâncias e especificidades. Conforme Silva (2007, p.211) “essa cidade da fronteira, aproximava-se do poder central, através de interventores que regiam administrações locais”. Em outras palavras, os processos específicos que refletiam no âmbito nacional, regional e local, corroboraram com a produção da história, à medida que as formas e funções da cidade iam sendo produzidas.

A década de 1970, por exemplo, registrou baixa densidade demográfica em Roraima e por conseguinte Boa Vista que tinha um subdivisão considerada pequena, pois havia em 1966 apenas nove bairros. Com os projetos de integração regional da Amazônia ao restante do Brasil ocorreram relevantes inovações que refletiram diretamente no âmbito local.

Neste sentido SILVA (2007) argumenta que as intervenções na região, a partir do governo federal, propiciaram a consolidação de novas formas e funções da cidade, onde as novas configurações do espaço é produto das novas relações políticas, sociais e econômicas. A partir dos acontecimentos o que se vê em Roraima, de modo específico na cidade de Boa Vista é o desdobramento peculiar de um processo de reestruturação do espaço com a implantação de novos bairros no período que corresponde do início ao final da década de 1980, dentre eles o Bairro Asa Branca.

As razões para expansão da cidade, de modo particular na década de 1980, justifica-se pela ação dos governos que não só incentivaram a vinda de famílias para o Estado, como também patrocinaram o deslocamento, a moradia, a terra e, em alguns casos, a permanência dessas famílias com ações paliativas e outros incentivos.

Os dois períodos de grandes iniciativas voltadas para a “atração de migrantes” para o interior de Roraima e para Boa Vista foram nos governos de Ottomar de Souza Pinto entre 1979 e 1983; e entre 1991 e 1995, intercalado pelo governo de Romero Jucá, entre 1987 e 1989.

Para estes períodos é indispensável frisar que além dos incentivos e políticas voltadas para o aumento da corrente migratória em Roraima, havia ainda o grande movimento de garimpeiros ocorrido entre 1987 e 1990, período este também conhecido como a “corrida do ouro”. Juntos estes fatores contribuíram para um crescimento acelerado e desordenado da cidade de Boa Vista que estendeu-se por toda a década de 1990, que teve como resultado o surgimento de novos bairros na direção Oeste da cidade, engrossando mais ainda o “cinturão de pobreza” percebido nas condições precárias de moradia e de vida de muitas pessoas.

O Bairro Asa Branca localiza-se nesse contexto, cuja a historicidade é marcada por um forte processo de migração, reprodução do espaço como resultado da ação dos agentes públicos que paulatinamente foram investindo na estruturação do Bairro visando a cooptação daquela população para atender interesses eleitoreiros.

Um fator que não foi levado em consideração, no sentido de elaborar um planejamento urbano que contemplasse a questão ambiental, diz respeito à destruição de lagos que foram aterrados para a construção de conjuntos habitacionais como é o caso dos atuais bairros da Liberdade, Buritis, Asa Branca, Cambará e Pintolândia.

Este trabalho também demonstrou que foi a partir da década de 1990, devido a continuidade nas ações do poder público, a configuração socioespacial da cidade de Boa Vista alterou significativamente, pois, novas ocupações eram feitas ignorando completamente o Plano Diretor e as normatizações determinadas para o uso, ocupação do solo e ordenamento da cidade; foi o caso das ocupações ocorridas nos bairros Silvio Botelho, Pintolândia, Senador Hélio Campos, Santa Luzia, Silvio Leite, entre outros que mais tarde foram estruturados e reconhecidos como bairro.

Com o frenético e dinâmico crescimento da cidade de Boa Vista, o bairro Asa Branca foi consolidando-se como importante subcentro demonstrando “vocação” para

o comércio e passou a abrigar um dos mais importantes pólos comerciais da cidade Boa Vista. A sua posição geográfica é apontada nas entrevistas pelos atores e agentes sociais como um dos fatores principais e relevantes que o caracterizam como um notável subcentro que atende os bairros próximos; caracteriza-se ainda por preços mais acessíveis em relação ao centro da cidade; outrossim, possibilita economia no percurso das pessoas que moram em outros bairros que não precisam pagar mais de duas passagens para ir até o centro, na Jaime Brasil, por exemplo; a disponibilidade de bens, produtos e serviços disponibilizados no Bairro Asa Branca como: lojas de artigos eletro-eletrônico, feira livre aos domingos, empresas de pequeno, médio e grande porte, além de farmácias, laboratórios, agências bancárias etc...

Estas peculiaridades do Bairro Asa Branca permitem afirmar que o mesmo tem uma relevante função econômica e social que reflete diretamente no cotidiano de quem mora no Bairro, considerando que, de acordo com a pesquisa, a geração de emprego e renda beneficia pessoas que moram fora e dentro do Asa Branca. Ademais, há lacunas a serem preenchidas naquilo que desde a criação do Bairro não foram resolvidas: saneamento básico, revitalização de praças, cuidado com as questões ambientais presentes no Bairro, como por exemplo, a limpeza do igarapé que corta o Bairro que, por negligência do poder público e falta de sensibilização dos próprios moradores representa constante perigo à saúde de quem lá reside, em razão de esgoto in natura, dejetos e até lixo são jogados em seu leito.

Neste contexto, é salutar inferir que as políticas públicas direcionadas pelo poder público ainda são incipientes, pois, apesar de alguns investimentos feitos no Bairro pela atual gestão municipal, alguns problemas de tempos remotos, como a questão da segurança no Bairro- a ausência de um posto policial, ou ronda ostensiva que garanta maior segurança aos moradores- persiste até os dias atuais. Obstante, algumas dificuldades ainda enfrentadas pela população que lá reside, é perceptível a modernização do Bairro: ruas asfaltadas nas principais avenidas, ciclovias, escolas, revitalização de uma das praças do Bairro(governo do Estado) e outras benfeitorias implantadas pelos agentes produtores e reprodutores do espaço.

Portanto, o presente trabalho não pretende encerrar a discussão em torno das questões relevantes que implicam no desenvolvimento regional e urbano, nem

tampouco dá conta de todo o processo evolutivo do Bairro Asa Branca de maneira plena e inquestionável, mas trata-se de uma reflexão que analisa o processo de formação, evolução do Bairro, no recorte temporal que compreende a década de 1990, o papel dos atores e agentes promotores do espaço no crescimento e desenvolvimento do Asa Branca, utilizando-se a história oral como um método para constituir fontes; os relatos contribuíram para a análise das experiências vividas pelos sujeitos produtores do espaço, a percepção dos agentes promotores do espaço em torno da evolução econômica do Bairro, a utilização do espaço por empresas de grande porte que investem e potencializam no maior subcentro da zona Oeste de Boa Vista.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio. **Sobre a memória das Cidades**. In: CARLOS, Ana Fanni Alessandri et. al. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- AGOSTINHO, Jaime de. **Subsídios à discussão de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Estado de Roraima** (Tese doutorado). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 2000.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir, Contar: textos em História Oral**. Reinpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. **Ocupação Humana em Roraima. II. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 9 (2): 177-197. Belém, 1993.
- BATISTA, Amarildo Nogueira. **Políticas Públicas e Produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima (1988-2011)**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Roraima, 2013.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia urbana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BECKER. Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BOA VISTA. Prefeitura Municipal de Boa Vista. Lei Municipal Ordinária nº 244, de 06 de setembro de 1991 de Boa Vista. Trata: Promoção do desenvolvimento urbano, zoneamento, uso e ocupação do solo, sistema viário, parcelamento do solo e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Boa Vista**. Boa Vista, 06 set. 1991. Disponível em <http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-de-boavista/1335259/lei-244-1991-boavista-rr-html> >Acesso em 15/01/2017.
- BURG, Iranilde Paz; COSTA, Jose Augusto Vieira; FALCÃO, Márcia Teixeira. **Expansão Urbana de Boa Vista/RR e os reflexos sobre os recursos hídricos**. Revista Equador (UFPI), vol.4, N°2, p. 98-113, 2015.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Reprodução do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2008, 270 p.
- CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Tradução de Lúcia Helena de Oliveira e Silvana Maria Pintaud. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-51.

DUARTE, Fábio. **Planejamento Urbano**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

FALCÃO, Márcia Teixeira et. al. **Implicações ambientais decorrentes das atividades urbanas em uma microbacia no município de Boa Vista-Roraima**. II seminário Ibero-Americano de geografia física. Universidade de Coimbra, maio de 2010.

FREITAS, Aimberê. **A história política e administrativa de Roraima: de 1943 a 1985**. 1ª edição. Manaus/AM: Editora Humberto Calderaro Ltda, 1993.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento : enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. **Censos demográficos – 1980 e 1991**.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001). **Censo Demográfico 2000**. Brasília. 2000.

Instituto de Geografia Universidade Federal- **O surgimento de subcentros comerciais da cidade de Boa Vista/RR**. Disponível em: <www.geociencias.ufpp.br/posgrad/sernne/artigo8.pdf>.

Jornal Folha de Boa Vista. **Suplemento Especial: 122 Anos – do Nascimento à Atualidade**. Boa Vista, 09 de julho de 2012.

MAGALHÃES, Dorval de. **Informações históricas**. Rio de Janeiro: 1986

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

MARICATO, Erminia. **Brasil cidades: alternativas para a crise urbana**. 4. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, José Aldenir de. **Gente em movimento: migração no contexto regional da Amazônia**. (Org) Sidney Antonio da Silva. Manaus/AM: EdUA, PP. 165-178, 2010.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. Para compreender o “leviatã urbano”: a cidadania como nexos político-territorial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes

de; SPOSITO. Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 177-206.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **As transformações na configuração política – administrativa do Roraima: um panorama a partir da implantação do federalismo**. In: **Roraima 20 anos – as geografias de um novo Estado**. (org's) Paulo Rogério de Freitas Silva e Rafael da Silva Oliveira. Boa Vista: Ed.UFRR, 2008.

_____. Rafael da Silva. **Ribeirinha ou Beira Rio? A dinâmica das relações cidade – rio a partir das transformações na organização espacial da cidade de Boa Vista – RR. As Cidades entre o “real” e o imaginário: estudos no Brasil**. (Org's) Everaldo Batista da Costa e Rafael da Silva Oliveira. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. 405 F. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2003.

RICE, Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira**. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/ Ed.USP, 1978. Coleção Reconquista do Brasil;

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Apresentação da formação histórica da sociedade e economia roraimense**. In: **Pensando e Preservando o olhar Histórico, socioeconômico e político de Roraima**. Manaus/ AM: Edições UEA/Ed. Valer, 2008.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: ed. Da Universidade de São Paulo, 2012.

_____, Milton. **O Espaço dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos países Subdesenvolvidos**. Tradução: Myrna T. Rego Viana. – 2. Ed., 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas públicas, economia e poder: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. (Tese Doutorado). Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2004.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica Territorial Urbana em Roraima - Brasil**. (Tese Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2007.

_____. Paulo Rogério de Freitas; ALMEIDA, Marcelo Mendes; ROCHA, Rafael Alexandre. **A Segregação como Conteúdo da Nova Morfologia Urbana de Boa Vista – RR**. Revista Acta Geográfica, Boa Vista /RR, Ano III, nº 06, jul/dez de 2009, p. 47-53

SILVA, Rildo Dias da. **Duas décadas de autonomia política. Estudo de caso sobre as políticas públicas de gestão ambiental urbana no município de Boa Vista/RR no período de 1990 a 2010 e suas repercussões para o desenvolvimento regional** (Tese Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: 5ª ed, Ed. Brasiliense, 1978.

SOUZA. João Mendonça de. **A Manaus –Boa Vista (Roteiro Histórico)**. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 192 p.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 147-166.

STAVIE, Pedro Marcelo. **Expansão Urbana e Exclusão Social em Boa Vista-Roraima**. Oculum Ensaio 13, p.68-87, Campinas: janeiro-junho, 2011.

THOMPSON. P. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOSH, John. **A busca da história: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna**. Tradução: Jacques A. Waienberg. Petrópolis, RJ:Vozes, 2011.

VALE. Ana Lia Farias. **O “Ceará” em Roraima – migração de cearenses: 1980 – 1999**. Jaboticabal/SP: FUNEP, 2005.

_____. **Migração e territorialização: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR**. (Tese de doutorado). Unesp - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente/SP, 2007.

VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2009

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba-PR: Ed. UFPR, 2004.

ANEXOS

I. FONTES ORAIS

- a) **Bruno Lobão Santos.** Gerente do estabelecimento Manaus Equipamentos.
- b) **José Lopes Santana.** Proprietário da loja Baiano Confecção.
- c) **José Luiz Aguiar de Albuquerque.** Proprietário da Visual Bolsas.
- d) **Peterson de Souza Pereira.** Proprietário da Loja P. P. Peças.
- e) **Jamili Rafaella Vasconcelos.** Gerente de Educação Profissional do SENAI.
- f) **Jacira Bezerra Silva.** Funcionária do SENAC- Asa Branca.
- g) **Rondinaldo Silva dos Santos.** Diretor do Centro de Saúde Asa Branca.
- h) **Kátia Rodrigues.** Analista dos SEBRAE-RR, no Bairro Asa Branca.
- i) **Francisco Pinheiro.** Natural de Santa Inês-MA, morador do Bairro Asa Branca desde 1986.
- j) **Francisco Artur Lago Neto.** Natural de Boa Vista-RR, desde 1987.
- k) **Anderson da Silva Santos.** Natural de Boa Vista-RR, desde 1989.
- l) **Eustáquio de Oliveira.** Natural de Minas Gerais, mora em Boa Vista desde o início da década de 1980. Proprietário da DROGANORTE.
- m) **Reginaldo Angelo de Moraes.** Funcionário da Empresa Casa Lira.